



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 20ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada ao lançamento, em Minas Gerais, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016
- 1.2 - 21ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a comemorar o Dia do Maçom
- 1.3 - Reunião de Comissão

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/8/2015

#### Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Rogério Correia – Palavras do Sr. Onaur Ruano – Palavras do Sr. Wilson Luiz da Silva – Palavras do Sr. Alberto Ercílio Broch – Palavras do Sr. Sílvio Cardoso Netto – Palavras do Sr. Eduardo José de Almeida – Assinatura de Contrato de Doação de Imóvel – Entrega de Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar – Palavras do Sr. Patrus Ananias – Palavras do Governador do Estado – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Inácio Franco – Iran Barbosa – Isaura Calais – João Magalhães – Léo Portela – Marília Campos – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda.

#### Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. É com uma satisfação imensa que vemos chegar à Assembleia Legislativa os movimentos sociais, que são recebidos com carinho e muita harmonia porque esta é a Casa de vocês. Agora vamos receber os nossos ilustres convidados para iniciar a nossa cerimônia. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

– O deputado Durval Ângelo, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião ao lançamento, em Minas Gerais, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016.

#### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Fernando Pimentel, governador do Estado; Patrus Ananias, ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; deputado federal Padre João; Glênio Martins de Lima Mariano, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; e João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Exma. Sra. Adriana Veiga Aranha, delegada federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Minas Gerais; os Exmos. Srs.



Gilson de Souza, superintendente da Superintendência Regional do Inbra em Minas Gerais; e Alberto Ercílio Broch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – Contag; a Exma. Sra. Sandra Maria da Silva, presidente da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais; e os Exmos Srs. Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Eduardo José de Almeida, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais – Fetraf –, representando o presidente, Juseleno Anacleto da Silva; Silvio Cardoso Netto, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – de Minas Gerais; Onaur Ruano, secretário Nacional da Agricultura Familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário; e deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

#### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, dos Exmos. Srs. André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Nilmário Miranda, secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Odair José da Cunha, secretário de Estado de Governo de Minas Gerais; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; Tadeu Leite, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana; Rogério Bellini dos Santos, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico do Estado; Heli Siqueira de Azevedo, superintendente substituído da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, representando o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; Adhemar Lopes, secretário de Reordenamento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Agrário; e Marcelo Lana Franco, secretário adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte, representando, neste ato, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda.

Saudamos também os Srs. Amarildo Kalil, presidente da Emater, em cuja pessoa saudamos os demais representantes da Emater que o acompanham; Ricardo Campos, diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene; Carlos Calazans, presidente do Instituto Mineiro de Relações de Trabalho – Intrabalho; e Rui Werneck, presidente da Epamig; a nossa querida Liza Prado, presidenta da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig – e ex-deputada desta Assembleia Legislativa; e os Srs. João Nilton Castro Martins, superintendente estadual do Banco do Nordeste, e todos os que o acompanham; César Rocha Goivinho, gerente de mercado do Banco do Brasil; Humberto Freire de Carvalho, superintendente regional do Banco do Brasil; e Reinaldo Kazufumi Yokoyama, superintendente estadual.

Gostaríamos ainda de registrar a presença do ex-deputado Almir Paraca; da Sra. Vanessa Gaudereto, superintendente estadual da Pesca; dos vereadores José Divino de Melo, de Ituiutaba, também diretor regional da Fetaemg no Triângulo Mineiro; Pedro Patrus e Luiz Belchior, do Município de Ibiaí; Víctor Hugo, de Monte Carmelo, e Adriano Ventura, de Belo Horizonte; e do Sr. Tancredo Naves, presidente da Rádio Inconfidência.

#### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Neste momento, convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### **Palavras do Deputado Rogério Correia**

Bom dia a todos e a todas. A companheirada do MST foi bem recebida na Assembleia? Vocês tiveram uma noite bem-dormida? O deputado Adalclever Lopes, nosso presidente, instalou um chuveiro quente. Antigamente era uma mangueira com água fria. A companheirada foi agora bem recebida aqui e também na Cidade Administrativa. Acompanhei a bonita caminhada. Parabéns, turma do MST, que está toda aqui para o lançamento do Plano Safra. Sejam bem-vindos à nossa Assembleia Legislativa.

Cumprimento também a companheirada da Fetaemg, que tem hoje a Agriminas, não é, Wilson? O Wilson é o presidente da Contag. Hoje haverá uma bonita festa. Agradeço ao governo Fernando Pimentel o apoio que tem dado à Agriminas este ano. Todos estão convidados a participar da Feira da Agricultura Familiar, com produtos agroecológicos, sem veneno, não é, deputado Padre João? Essa feira tem o nosso apoio e o apoio do ministro Patrus Ananias.

Saúdo os companheiros da Fetraf e do MAB. Ouviremos os servidores públicos, que também reivindicam, já foram atendidos em parte e serão ainda atendidos, de acordo com as possibilidades do governo. Um grande abraço a todos os companheiros e companheiras. Sejam bem-vindos à nossa Assembleia Legislativa.

Presidente, esta reunião de hoje dá um exemplo ao Brasil. Precisamos de harmonia para que o País cresça, se desenvolva e retome o nível de crescimento que todos nós queremos. É óbvio que há uma crise internacional profunda, que é a do capitalismo. É bom dizer isso com todas as letras. Esta é a crise do chamado projeto neoliberal. Precisamos enfrentá-la com desenvolvimento econômico e com igualdade social. Esse é o grande dilema e a necessidade do País.

Quando vemos o Plenário repleto de movimentos sociais e o governador do Estado presente na Assembleia Legislativa, com o ministro de Estado, para fazer anúncios para a agricultura familiar e para a reforma agrária, concluímos que estamos no caminho certo.

Inicialmente agradeço a todos os deputados e deputadas presentes. Pela pessoa do nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, e pela pessoa do nosso líder de governo, deputado Durval Ângelo, agradeço a todos os deputados que assinaram comigo o requerimento, aprovado por unanimidade, para o lançamento do Plano Safra nacional e do primeiro Plano Safra de Minas Gerais aqui na Assembleia Legislativa, como tem sido tradição desde que o deputado Padre João dirigia a Comissão de Política Agropecuária. É um prazer e uma honra estar aqui. Agradeço aos deputados a aprovação unânime desta reunião especial.

Cito como exemplo a harmonia entre os Poderes em Minas Gerais. O Poder Legislativo é autônomo, mas, evidentemente, trabalha para ajudar o Estado a avançar, como a Câmara Federal deveria fazer para ajudar o País a avançar. É fundamental essa harmonia no sistema democrático a partir de uma disputa eleitoral. Terminada essa disputa, não se pode, evidentemente, conspirar por golpes ou tentar sabotar um governo legitimamente eleito.



É isso o que fazemos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Há autonomia e oposição, mas, fundamentalmente, há respeito, para que a democracia seja acolhida por todos nós e pelo povo brasileiro. Isso é o que queremos, e o presidente, deputado Adalclever Lopes, cuida disso muito bem. Não poderia deixar de fazer esse elogio a ele e a todos os deputados.

Gostaria também de dizer que é a segunda vez que o governador Fernando Pimentel vem à Assembleia Legislativa para eventos importantíssimos aqui realizados. O primeiro foi para sancionar uma lei fundamental para todos os mineiros, a lei do piso salarial para professoras, professores e toda a carreira da educação. Assinou aqui, na Assembleia Legislativa, dando uma demonstração da parceria, da importância do que foi feito, principalmente fazendo sinalização de que o que foi compromisso eleitoral vem sendo cumprido. Todo político diz que educação é prioridade, mas na hora H escorrega. O que vimos foi o governador construir com o sindicato um acordo para estabelecer uma política educacional que seja justa. Claro que os ajustes necessários serão feitos e serão negociados, mas o pilar da negociação e da construção foi feito e assinado nesta Assembleia Legislativa.

O governador volta hoje para anunciar a construção do primeiro Plano Safra, que é o motivo desta reunião, da agricultura familiar. É o Estado de Minas Gerais organizando a agricultura familiar. Além do governador Pimentel, quero elogiar também dois jovens secretários, o secretário de Agricultura e Pecuária, João Cruz, e o secretário Glênio, que é da nova pasta da Secretaria de Desenvolvimento, Reforma Agrária e Agricultura Familiar. Mais um acerto do governador e desta Assembleia em criar uma secretaria específica para o agricultor familiar e para a reforma agrária. Isso satisfaz ao pequeno produtor e ao trabalhador do campo. Tenho certeza, Glênio, de que essa secretaria será responsável por muitas políticas públicas como há no governo federal e passaram a existir em Minas Gerais. Então, viva a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, viva essa conquista dos trabalhadores de terem uma secretaria própria!

Foi uma conquista, e o governador vem aqui anunciar parte de uma lei aprovada nesta Assembleia, de minha autoria, que criou a política pública para a agricultura familiar, a lei da agricultura familiar. E nessa lei da agricultura familiar constam os Planos Safra. Anualmente, serão destinados recursos, haverá empreendimentos, agroindústrias, acesso à política de crédito, acesso à política de assistência técnica, por meio da Emater, aqui presente, que tenho certeza será uma Emater para cuidar agora do pequeno produtor, do assentado de reforma agrária e da agricultura familiar, que é a assistência técnica que precisamos em Minas Gerais.

Então, governador, mais uma vez quero parabenizá-lo por vir aqui fazer um anúncio tão importante para esse setor também no movimento social, que é o setor agrário.

Finalmente, também quero agradecer ao ministro Patrus Ananias por aceitar nosso convite, como ministro mineiro, para estar em Minas Gerais fazendo o lançamento do Plano Safra nacional. Foi feito o lançamento em Brasília. Toda vez a importância do Plano Safra em Minas vai ser essa também, não é, Pimentel? Porque toda vez que há um Plano Safra, há conquistas. Fui do Ministério de Desenvolvimento Agrário – hoje está a Adriana Aranha, a quem também quero saudar – e todo ano que havia movimentação em torno do anúncio do Plano Safra novas conquistas eram obtidas pela mobilização do movimento social. Tivemos a Marcha das Margaridas, em Brasília, que foi belíssima. A imprensa falou pouco, mas participaram 100 mil mulheres para dizer que querem avanços e não retrocessos. Ontem tivemos a marcha do MST aqui em Minas Gerais. Isso vai formando e colocando na pauta a reforma agrária e a agricultura familiar, fazendo com que mais anúncios bons, mais avanços sejam feitos, que é o que o ministro Patrus Ananias anunciou com a presidenta Dilma naquele dia. Vimos que uma boa notícia nos foi dada já como parte daquilo que é característica do ministro Patrus, que é inovação. É a retomada da reforma agrária na pauta do governo, assim como o movimento quer, deseja e exige.

Parabéns, Patrus, por recolocar a reforma agrária na pauta. E aqui em Minas isso está sendo feito também. Pela primeira vez, o governo do Estado fala em assentar famílias, por via do governo do Estado, no campo, coisa que não víamos. Também uma grande novidade de Minas Gerais. O Plano Safra é isso, e o anúncio dele significa que conquistaremos mais avanços a cada ano.

O Brasil mudou sua cara muito por conta de políticas rurais, entre elas o Luz para Todos. Lembro do Pronaf, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e também de programas quando o Patrus era Ministro de Desenvolvimento Social, entre eles o Bolsa Família, o Fome Zero e o Programa de Aquisição de Alimentos, que pretendemos melhorar e ampliar e cuja retomada é fundamental para o pequeno produtor e assentado de reforma agrária. Faremos isso também em Minas, com toda a certeza, com a ajuda do Glênio e do Pimentel. São políticas que cresceram e mudaram a cara do Brasil, que ajudaram a tirar da fome 40 milhões de brasileiros e brasileiras nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Muitas vezes, setores conservadores não aceitam o que houve de positivo no governo, que foi a divisão de renda, fundamental na sociedade brasileira.

Parabéns, Patrus, pela sua atuação. Desejamos muita sorte e grande parceria também, neste caso, entre governo do Estado e governo federal, parceria que não houve no passado. Quando estava no MDA, via muito isto: faltava o Estado fazer sua intervenção nas políticas nacionais. Agora, o que mais temos é a sua vontade de ajudar a construir e inovar essas políticas. O gesto de o governador estar hoje na Assembleia Legislativa é o que se faz com práticas importantes para esse setor.

Finalmente, cumprimento o movimento social. Falamos da governabilidade institucional, da importância da relação entre Assembleia e governo, entre câmara federal e governo federal, entretanto há outra coisa essencial na democracia: a participação popular. Sem os movimentos sociais, não caminhamos para resolver os problemas. O movimento social é a pressão necessária para que as coisas andem do jeito que o voto desejou que andasse. Às vezes, quando o movimento social se recolhe, esquece-se do resultado eleitoral. Logo, a presença do movimento social nas ruas é a lembrança de quem ganhou as eleições. No Brasil, o povo ganhou as eleições, esse que está aqui hoje a exigir mudanças maiores no governo federal e no governo do Estado.

Saúdo o Vilson, pela Fetaemg, pela Contag; saúdo a Fetraf, na pessoa do Eduardo, que representa o Juseleno; o MST, representado pelo Silvinho e toda a companheirada; enfim, o movimento social que está pulsando, que cobra para a crise uma saída popular, e não uma saída conservadora, que, certamente, estamos ajudando a construir. E amanhã – o Russo está me lembrando disso aqui – quero convidar a todos para o ato popular do dia 20, para exigir mais democracia e mais direitos. É o ato que vamos realizar no dia 20.

Esqueci de citar o deputado Nilmário, mas faço questão, pois está numa nova e importante secretaria, que é a *Secretaria* de Estado de *Direitos Humanos*, Participação Social e Cidadania. Esta e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário serão essenciais para colocar o povo como referência fundamental do nosso governo.



Parabéns, Pimentel! Parabéns, Patrus! Obrigado ao movimento social por ser essa força que nos faz lutar e avançar. Um abraço pessoal.

O locutor – Assistiremos, agora, à apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016, pelo Sr. Onaur Ruano.

#### **Palavras do Sr. Onaur Ruano**

Bom dia, senhoras e senhores, companheiras e companheiros. Cumprimento o governador Fernando Pimentel; o Patrus Ananias, nosso ministro de Desenvolvimento Agrário; o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia; os companheiros e as companheiras que compõem a Mesa.

A nossa ideia é, em 15 minutos, não mais que isso, fazer uma apresentação a vocês da síntese dos principais anúncios do Plano Safra da Agricultura Familiar, que a presidente Dilma, junto com o nosso ministro Patrus Ananias, apresentou no último 22 de junho, e trazer alguns recortes, algumas informações da repercussão desse plano em Minas Gerais, que vai se somar às ações que o governo de Minas implementa, em articulação com o nosso plano nacional, especificamente para o Estado.

Como vocês podem verificar, há o carro-chefe de todos os Planos Safra, obviamente, com muita expectativa em relação ao anúncio do volume de recursos para o financiamento da agricultura familiar. Neste ano, neste Plano Safra, estamos comemorando os 20 anos do Pronaf, que tem auxiliado a agricultura familiar a fazer os seus investimentos de infraestrutura, o custeio da sua produção. Em um ano especialmente em que os esforços foram para o ajuste fiscal, em que precisávamos fazer contenções do gasto público, a agricultura familiar não foi incluída, no caso do financiamento da agricultura familiar, como um item de corte ou de restrição. Nós, como vocês podem verificar, temos, neste Plano Safra, um maior volume, um volume recorde de recursos destinados ao financiamento da agricultura familiar, por meio do Pronaf, chegando a R\$28.900.000.000,00, próximo a R\$30.000.000.000,00, valor que significou 20% a mais na ampliação dos recursos em referência à nossa safra anterior.

Outro dado importante de preservação da capacidade da agricultura familiar de poder financiar as suas atividades foi a manutenção de taxas de juros. Houve uma correção em todas as taxas de juros aplicadas no financiamento, tanto da agricultura familiar como da agricultura patronal, mas houve preservação rigorosa para que as taxas de juros ficassem ainda negativas, abaixo da inflação. Vocês podem verificar nas taxas apresentadas que até para o microcrédito orientado e para o semiárido não houve nenhuma alteração nas taxas de juros, mantendo-se para esta safra o mesmo índice de 0,5% ao ano, como estava sendo praticado anteriormente, e com pequenos ajustes nas outras taxas, mas mantendo isso como taxa negativa, abaixo da inflação.

Especificamente para Minas Gerais, do total dos recursos financeiros alocados para o crédito do Pronaf, há previsão de aplicação, já recortados do orçamento geral do Pronaf, de R\$4.400.000.000,00 para a agricultura familiar do Estado de Minas Gerais. Isso significa a possibilidade de uma grande ampliação do número de contratos tanto de custeio quanto de investimentos dos agricultores familiares, das cooperativas, dos empreendimentos em Minas Gerais, resultando em mais 206 mil contratos previstos para esta safra.

Se vocês verificarem no gráfico, claramente vão perceber uma evolução significativa dos recursos para Minas, considerando-se das últimas safras para esta.

Em relação à distribuição desse crédito em Minas Gerais, vocês podem verificar que já existe hoje acesso de 52% dos agricultores familiares de Minas Gerais ao crédito, ou seja, mais da metade dos agricultores familiares de Minas acessam o crédito do Pronaf no Estado.

Há mais de 400 mil registros em nosso cadastro de DAP, que é o documento que identifica e dá acesso ao agricultor familiar às 15 políticas públicas que dão subsídios para a agricultura familiar. Desses agricultores familiares, há 81 empreendimentos ou agricultores devidamente cadastrados, fazendo produção de alimentos orgânicos.

Temos 544 organizações da agricultura familiar. Dessas, 64 são cooperativas e 480 são associações, significando um grau de organização bastante importante em Minas Gerais, o que certamente sempre auxilia o desenvolvimento das ações da agricultura familiar e o acesso às políticas, quando estão organizadas.

Outro grande avanço que tivemos no Plano Safra 2015-2016 foi a alteração da modalidade de seguro da agricultura familiar, que, até então, não considerava como relação direta a renda prevista do agricultor familiar e o que passa nessa safra, então passa-se a ter uma proteção voltada para aquilo que é a expectativa de produção e de renda do agricultor familiar. Portanto, pelas novas regras, ficam assegurados 80% da previsão de colheita do agricultor familiar ou da renda dele na propriedade.

O limite mínimo foi alterado em quase três vezes, de R\$7.000,00 para R\$20.000,00. Houve alteração de 2% para 3%, o que é bastante compatível com a ampliação dos benefícios, do que é o valor que cada agricultor familiar deve recolher para a sua adesão ao seguro da agricultura familiar.

A expectativa que tínhamos todos nós, movimentos sociais, agricultores familiares e organizações, foi confirmada: sairemos do processo regulamentar da Anater para termos, de fato, o início da organização de uma agência nacional de assistência técnica e extensão rural, o que trará alterações do nosso patamar, da nossa qualidade de assistência e extensão rural no Brasil.

Estão previstos alguns avanços significativos que serão alcançados com a nova gestão da Anater, uma gestão nacional, articulando-se União, estados, municípios, organizações da agricultura familiar e, sobremaneira, organizações e entidades que não são governamentais, mas que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural. No Estado de Minas Gerais, a Emater é a nossa grande parceira e tem sido responsável por ancorar todo esse trabalho de assistência técnica e extensão rural que fazemos aqui, de forma articulada com organizações não governamentais.

A presidenta anunciou o nome do novo presidente da Anater no último dia 22 de junho, Paulo Guilherme Francisco Cabral, nosso companheiro que vem do Ministério do Meio Ambiente. Ele passou a assumir, desde então, a coordenação do processo de organização da Anater. São três as fases de sua implantação: a primeira é esta que estamos vivendo agora, em que todas as atividades, a coordenação e o orçamento da assistência técnica e extensão permanecem sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário; em uma segunda fase, haverá a transição de parte das atribuições de operacionalização para a Anater; e, finalmente, esperamos que a terceira fase esteja concluída no final do ano que vem, que é a execução total da coordenação da política do sistema e articulação com a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Para o Safra 2015-2016, temos uma previsão nacional: já estão assegurados, no orçamento, o valor de R\$236.000.000,00 para a assistência técnica e extensão rural. Com esse valor, poderão ser incorporadas mais 230 mil famílias a serem assistidas com serviços de qualidade de Ater pública ou Ater das entidades não governamentais.

Lançamos, já neste Plano Safra, uma chamada pública de Ater para a juventude, preocupados que estamos em fortalecer ações e atividades que permitam que a sucessão rural seja assegurada, que o jovem possa permanecer no campo. Para isso, é fundamental uma qualificação e um trabalho voltados para a juventude. Essa chamada vai, neste primeiro ano, trabalhar com 22.800 jovens. São R\$35.000.000,00 alocados para essa atividade – voltada para os jovens –, fortalecendo uma ação de assegurar que a sucessão rural seja complementada.

Outra ferramenta importante é o crédito fundiário, que faz com que os jovens tenham acesso a terra, podendo permanecer no campo, trabalhando na expansão da propriedade de seus pais. Especificamente para Minas, temos 16 mil famílias atendidas com recursos do governo federal e com a contrapartida do governo do Estado e entidades de agricultores familiares em Minas Gerais. Foram investidos R\$63.000.000,00 no desenvolvimento das atividades de assistência e extensão rural. E temos uma previsão para esse Safra de incluir mais 5.100 estabelecimentos da agricultura familiar no Cadastro Ambiental Rural. É uma ação que fazemos de forma articulada com a Emater de Minas Gerais, que é nossa parceira e recebe um adicional de recursos para colocar sua *expertise* para que todas as famílias assistidas com a extensão rural tenham, automaticamente, a inclusão do seu estabelecimento, próprio ou não, no Cadastro Ambiental Rural, fazendo com que, a partir do dia 6 de maio do próximo ano, data do encerramento do prazo do cadastramento, não tenhamos nenhuma dificuldade no acesso ao crédito e na continuidade das atividades existentes.

Dos 22.800 jovens de que falamos, 1.200 são do nosso Estado. São 4.700 famílias atendidas por uma ação de Ater voltada exclusivamente para a agroecologia, e mais 10.350 famílias que estão no processo de transição do modo convencional de produção para a produção agroecológica, indo para a produção orgânica.

O ministro Patrus Ananias lançou o Programa Nacional de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo. É uma compreensão fundamental para que o agricultor familiar, articulado com seus pares e com as organizações que se constituem a partir da sua associação, principalmente em cooperativas, acesse o mercado com mais facilidade, consiga um enfrentamento e uma disputa pelo mercado com mais competência e mais condições.

O governo federal, por meio do nosso programa Mais Gestão, apoia as cooperativas, fazendo com que elas sejam qualificadas no seu processo de gestão. É fundamental que uma cooperativa tenha capacidade de gestão para bem gerir não só a organização dos seus agricultores familiares, mas também os seus ativos, ter acesso ao crédito e à comercialização. Nesse sentido, estamos trabalhando nas 64 cooperativas cadastradas em Minas Gerais, e 29 delas já estão recebendo gestão. No Brasil, temos 450 cooperativas atendidas. Ao final do Safra, chegaremos a mais que dobrar esse número de apoio, chegaremos a mil cooperativas, além das 450 atendidas.

Aqui, em Minas Gerais, temos um exemplo exitoso de uma legislação que havia conseguido ampliar a possibilidade de que a agroindústria familiar tivesse uma comercialização diferenciada. Mas, no Brasil como um todo, uma pequena agroindústria, mesmo que tenha o reconhecimento legal num sistema de inspeção municipal da Vigilância Sanitária, está confinada a não poder comercializar os seus produtos no município vizinho, devido a uma legislação restritiva para os pequenos.

Desde 2006, nove anos passados, ainda persistem em grande quantidade agricultores familiares que possuem agroindústrias pequenas e que têm de cumprir exigências da legislação, que são as mesmas para a Nestlé, a Parmalat ou uma grande agroindústria. Estamos superando essas dificuldades com as alterações estabelecidas no decreto que a presidenta assinou no dia 22 de junho, com o ministro Patrus e a ministra Kátia Abreu, adequando efetivamente as exigências ao tamanho da pequena agroindústria e à sua escala de produção. Então, se uma pequena agroindústria familiar tem até 250m<sup>2</sup>, ela passa a ter agora facilidades para obter o seu registro, saindo da ilegalidade para a legalidade e podendo alcançar ganhos na comercialização de seus produtos.

Outro grande avanço para a safra 2015-2016 foi a ampliação consistente do mercado da agricultura familiar. Houve um decreto da presidenta, e vocês podem ver pelos números que essa safra tem a previsão de recursos orçamentários da ordem de R\$1.600.000.000,00, considerando-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e também o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Com a nova medida da presidenta, que obriga todos os órgãos da administração pública federal a comprar da agricultura familiar pelo menos 30% das aquisições que fazem de alimentos para os seus equipamentos, haverá uma ampliação nesse mercado de mais de R\$1.000.000.000,00. Estima-se que será de R\$1.200.000.000,00 ou R\$1.300.000.000,00 a ampliação dos recursos que serão aplicados em compra de alimentos da agricultura familiar. Isso significa praticamente dobrar o mercado atual para a agricultura familiar.

Inspirados nisso, os estados estão procurando fazer esse tipo de adequação na sua legislação estadual. Estivemos no Ceará, e o governador desse estado já anunciou que será elaborada legislação determinando que os órgãos da administração pública do estado passem a reservar 30%, no mínimo, da aquisição de seus alimentos da agricultura familiar. Certamente isso foi um avanço muito grande, que será replicado nacionalmente, trazendo benefícios para a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Em Minas Gerais, a estimativa é de R\$36.000.000,00 em compras diretas da agricultura familiar por meio do PAA. Se consideramos que o Pnae tem destinado R\$334.000.000,00 para os municípios de Minas, 30% disso significam compras de alimentos para as nossas escolas na ordem de R\$100.000.000,00.

Um programa nacional de sementes e mudas da agricultura familiar também fará com que invertamos a condição que temos hoje, de não apenas transferir recursos para os estados fazerem aquisições de sementes, mas também transferi-los para fortalecer capacidades locais de produção de sementes e mudas nos estados e territórios. Esse novo modelo, que será lançado brevemente com uma chamada pública de adesão dos estados, muda, amplia e melhora a capacidade de produção e distribuição de sementes e mudas na agricultura familiar.

Os beneficiários do crédito fundiário receberam o anúncio da ampliação e melhoria da sua normativa, fazendo com que possam, a partir dessa safra, acessar o Minha Casa Minha Vida Rural, podendo ter sua moradia também assegurada no meio rural pelo crédito fundiário.



Para o semiárido – e aqui em Minas Gerais a região do Jequitinhonha e o Norte de Minas também fazem parte dele – foram asseguradas e mantidas 1.350.000 cotas; também está assegurado o valor de R\$850,00. Em Minas Gerais, especificamente, onde 96 municípios fazem parte do programa Garantia Safra, são 42 mil agricultores familiares que, na safra anterior, aderiram, com uma previsão de 70 mil cotas para a próxima safra.

Mulheres, gênero, juventude, povos e comunidades tradicionais foram contemplados no trabalho e nos anúncios desse Plano Safra.

Agora, em toda chamada pública, para 50% do público estarão asseguradas vagas para as mulheres, e 30% dos recursos serão aplicados em atividades específicas das necessidades laborais, artesanais e de atividade produtiva das mulheres. O Programa Nacional de Documentação para a Trabalhadora Rural também é voltado para inclusão da cidadania de mulheres que hoje não têm os documentos fundamentais. Existe a previsão de 250 mil documentos nesse período, os quais vão contemplar e incluir 100 mil mulheres em uma nova condição de cidadania.

Finalmente, os povos e comunidades tradicionais – e particularmente os quilombolas –, pelo anúncio do Plano Safra, verão a assinatura da presidente em nove decretos de regularização fundiária de territórios quilombolas. Acoplada a essa regularização, imediatamente já há assistência técnica de extensão rural para 33.400 famílias nesse universo contemplado, e para os povos e comunidades de extrativistas, há uma reserva de R\$40.000.000,00 para o Programa de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Sociobiodiversidade, PGPM-bio.

Portanto, com esses anúncios, tivemos uma ampliação dos Planos Safra anteriores. Temos certeza de que, com os anúncios das ações do governo do Estado de Minas Gerais e das instituições articuladas conosco nesse processo, poderemos contribuir enormemente para o desenvolvimento rural da agricultura familiar com mais justiça, mais progresso, mais cidadania e mais qualidade de vida. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

#### **Palavras do Sr. Vilson Luiz da Silva**

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Exmo. Sr. Fernando Pimentel, governador de Minas Gerais, e, na sua pessoa, toda a sua equipe, secretários, autarquias e empresas de Minas Gerais; o deputado Adalcleber Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o deputado Rogério Correia, autor do requerimento para acontecer esta reunião, hoje, e os demais deputados do Parlamento mineiro; o deputado Padre João e, na sua pessoa, os deputados federais presentes a esta solenidade; os movimentos sociais, MST e Fetraf; o meu companheiro Alberto Broch, presidente da Contag; os diretores da Contag e todas as lideranças sindicais que se fazem presentes; o nosso querido ministro Patrus Ananias e, na sua pessoa, toda a equipe do governo federal e todas as autoridades presentes nesta solenidade de lançamento do Plano Safra 2015-2016; o Gilson, superintendente do Inkra de Minas Gerais; a imprensa; e a Alaíde Bagetto, coordenadora das mulheres trabalhadoras de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento todas as outras mulheres.

Serei bastante rápido porque vamos fazer acontecer é no dia a dia, para que, realmente, o Plano Safra cumpra o seu papel. Números e planilhas foram apresentados. É claro que há um trabalho por trás disso. Na fala do Rogério, dizendo que o Pronaf completa 20 anos, quero ressaltar que o Grito da Terra Brasil tem 21 anos. Quando, no passado, a agricultura familiar não existia, éramos meramente agricultura de subsistência, produzíamos apenas para o nosso consumo interno. Na época, vimos que isso era pouco e fomos para a luta. Movimento sindical, movimento social, sociedade civil organizada, todos em busca de melhores condições de vida para o homem e para a mulher do campo, até porque o crédito agrícola sempre existiu, desde que me lembro, em toda a minha vida, só que não era para os pequenos. Mas conseguimos, com muita luta e organização, um programa diferenciado para o fortalecimento da agricultura familiar.

Queremos registrar, prezado governador, ministro e autoridades, que o relevante trabalho da agricultura familiar mineira e brasileira tem contribuído para a soberania da segurança alimentar do Brasil. No tocante a alguns produtos, nossa produção é de 87%, 73%. O leite e seus derivados somam mais de 58%. Nossa produção é expressiva. Os números falam do nosso trabalho, da nossa luta, mas queremos mais. Estamos aqui para comemorar 28 bilhões, quase 30 bilhões. Estamos muito para trás em relação ao agronegócio, mas ele é importante. O nosso papel, enquanto sociedade civil organizada, é continuar reivindicando, continuar, de forma civilizada, fazendo cobranças para conquistarmos o que queremos. Se não tivéssemos feito isso no passado, talvez hoje não estivéssemos aqui, no Parlamento mineiro, fazendo essa comemoração do lançamento do Plano Safra 2015-2016. Isso é o resultado da participação de todos e de todas. Temos que cumprir o nosso papel para que o Pronaf chegue ao agricultor e à agricultura.

O banco não vai até o agricultor. Quero cumprimentar os agentes financeiros, os representantes do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, que hoje nos têm visto, têm olhado para nós de forma diferente. Temos que registrar isso. É claro que há alguns gerentes – já falamos isso com o Banco do Brasil e com o Banco do Nordeste – que ainda têm dúvidas quanto à capacidade da mulher, ainda têm dúvida quanto à capacidade do pequeno produtor. É importante comemorarmos essa conquista.

Quero aqui, governador, registrar nosso trabalho com muita satisfação e alegria, sem tirar o mérito de outras secretarias, inclusive da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que é um sonho antigo nosso. Assim como temos um ministério para discutir as coisas inerentes à agricultura familiar, temos hoje essa secretaria em Minas Gerais, no seu governo. Isso é muito importante para nós. É um jovem no comando, o companheiro Glênio, que está nessa secretaria. Vamos dar todo o apoio necessário a essa secretaria, mas não para termos lutas, como ocorreu no passado com o Iter. O governo passado veio e acabou com a nossa luta reivindicatória. Não queremos que o governo faça isso, queremos o governo como amigo e como parceiro. Esse é o nosso papel.

Sem delongas, porque há muitas pessoas para falar, quero dizer, Sr. Governador, que hoje vamos comemorar, iniciar e realizar a IX Feira Estadual da Agricultura Familiar. Essa feira é muito importante, é uma vitrine para mostrar o que estamos produzindo para a sociedade, para o belo-horizontino, para as pessoas que a visitam. Além de mostrar nosso trabalho, queremos conquistar mais mercados e fazer negócios.

Queremos continuar gerando emprego e renda. Não queremos que saia mais nenhuma família do meio rural. Temos de discutir o papel da mulher. Precisamos da reforma agrária. Precisamos discutir a sucessão rural, mas com política pública para o jovem, porque



o jovem não quer só trabalho, ele precisa de mais que trabalho: educação, escola no meio rural, saúde no meio rural, estrada boa no meio rural. É isso que estamos precisando. E vamos continuar com essa premissa ousada que temos, cobrando e tendo o governo como parceiro, e este atendendo nossas reivindicações.

Quero registrar que nessa feira o governo do Estado de Minas Gerais foi e está fazendo o maior investimento, enquanto parceiro, em liberação de crédito para a nona edição da Agriminas. Temos outros parceiros, mas o governo do Estado está sendo nosso maior parceiro, com essa emenda do PPAG, que discutimos à época, não é, deputado Rogério? Lutamos por isso. Esse investimento não é na Fetaemg, é um investimento no trabalhador, na trabalhadora, no agricultor, nas nossas agroindústrias familiares. Para este ano, foram selecionadas para estar lá mostrando seu produto, dentre agricultores familiares e assentados de reforma agrária, mais de 4.500 famílias envolvidas nessa nona edição.

Então deixo aqui o convite para todos e todas. Hoje às 15 horas teremos a abertura oficial com a presença de autoridades estaduais e federais. Quero registrar aqui também a presença da prefeitura de Belo Horizonte com o Dr. Marcelo Lana, secretário de Abastecimento, que também é nosso parceiro nesse projeto.

Permita-me falar o que vou falar neste momento, Alberto: Minas Gerais está perdendo para o Rio Grande do Sul por pouco. Tenho certeza de que Minas Gerais, com esse lançamento, ficará em primeiro lugar em volume de crédito para o Pronaf no Safra 2015-2016. Sucesso, parabéns e muito obrigado a todos.

#### **Palavras do Sr. Alberto Ercílio Broch**

Queridos companheiros, queridas companheiras, amigos e amigas de Minas Gerais, bom dia. É uma alegria enorme estar aqui. Quero cumprimentar com muita alegria o querido governador de vocês, Fernando Pimentel. Quero saudar a todos os secretários, secretárias, o querido ministro do Desenvolvimento Agrário, que é de Minas Gerais, Patrus Ananias, toda a sua equipe. Quero saudar o companheiro Vilson e, na pessoa dele, saudar todos os sindicatos, os movimentos sociais, o MST, a Fetraf, todos os movimentos unidos na luta aqui na Casa do povo de Minas Gerais. Saúdo os deputados federais e estaduais e o presidente da Casa.

É um ato muito importante e positivo para o País discutir o lançamento do Plano Safra para um Estado tão importante em riqueza, cultura e produção, como é Minas Gerais. Discutirmos o lançamento do Plano Safra para a agricultura familiar. Com isso debatemos a questão do desenvolvimento, da alimentação sadia, da segurança e da soberania alimentar. Quero dizer que esse é um fruto que nasceu da participação. O Vilson já dizia muito bem, este ano a Contag realizou o 21º Grito da Terra Brasil.

Muitos dos movimentos sociais lutaram para isso. Após a entrega da pauta pela Contag à presidenta Dilma e ao ministro Patrus, a qual foi fruto de uma negociação com os ministérios, que durou 15 dias, obtivemos um anúncio muito bem comentado aqui pelo Ruano. Um anúncio importante.

Agora gostaria de destacar três questões relacionadas a tudo o que o nosso secretário disse. O mais importante são as políticas estruturantes, por exemplo, a questão do seguro da agricultura familiar, que é fundamental. A segunda questão é que queremos ver, nas prateleiras dos supermercados de todo o Brasil, menos Sadia e Perdigão e mais queijos de Minas, como o canastra, e também os produtos da agricultura familiar. É isso o que queremos.

A legislação não foi feita para nós, mas, sim, para as grandes indústrias. Portanto, a agroindústria familiar e a produção que veremos à tarde, na ocasião da inauguração da Agriminas, é que farão o desenvolvimento deste país, a segurança alimentar e um campo com riqueza e cheio de gente.

Por tudo isso, ministro Patrus – V. Exa. tem sido grande lutador à frente do nosso ministério –, quero agradecer-lhe publicamente o anúncio da nossa grande Marcha das Margaridas. Também gostaria de cumprimentar Alaíde, Vilson. Minas Gerais tem sido campeã na participação na Marcha das Margaridas, em Brasília, que levou ao anúncio do crédito fundiário como política complementar à nossa grande política de reforma agrária, de que tanto precisamos. O importante é produzir desenvolvimento, sucessão rural e políticas para que os jovens tenham oportunidade de permanecer no campo.

Portanto, também gostaria de cumprimentar o Vilson por uma conquista importante, que vocês conseguiram junto ao governador Pimentel, que foi a Secretaria de Agricultura Familiar em Minas Gerais, que se articula com o MDA para fortalecer a agricultura familiar no nosso Brasil.

Por último, Patrus Ananias, agora, mais que nunca, precisamos da assistência técnica. Faça funcionar a Anater, para que possamos desenvolver a nossa agroindústria plantando e colhendo bem. O sindicato, a Fetaemg, a Contag e todos os movimentos vão fiscalizar, para que os bancos emprestem o dinheiro. Precisamos obter as informações para desenvolver Minas Gerais e o Brasil.

Parabéns por este lançamento do Plano Safra.

#### **Palavras do Sr. Sílvio Cardoso Netto**

Bom dia, pessoal. Fui orientado para ser breve, na medida do impossível. Não adianta trazer papeizinhos. Há muitas pessoas importantes e amigas que gostaria de cumprimentar e que estão presentes no dia de hoje, mas não quero fazer isso para não arranjar confusão. Não pretendo sair citando os nomes de tantas pessoas amigas do nosso movimento e companheiras da luta pela reforma agrária e da agricultura camponesa e familiar de Minas Gerais. Existem muitas pessoas presentes, inclusive na Mesa, mas quero cumprimentar a Fetraf, a Fetaemg, o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia, o nosso ministro Patrus Ananias e o nosso governador Fernando Pimentel. Cumprimento essas pessoas em nome do nosso movimento.

Destaco que a manhã de hoje na Assembleia Legislativa representa aquilo por que lutamos sem vacilações durante bons anos. Mas esse é diferente de tantos, porque pedimos que se iniciasse um processo de diálogo, abertura e legitimação da pauta da reforma agrária, da agricultura camponesa e dos movimentos sociais em Minas Gerais. Sabemos o quanto foi difícil essa batalha em Minas nas últimas décadas; sabemos o quanto de repressão sofremos; sabemos o quanto foi necessário todo o espírito de sacrifício das diversas organizações e dos diversos lutadores e lutadoras do povo, para que tivéssemos um movimento social, sindical, do campo e da cidade, com direito e espaço para se manifestar.

Fundamentalmente houve uma abertura para que pudéssemos avançar concretamente nas pautas que apresentamos há tantos anos ao Estado mineiro. Não foram um nem dois nem três eventos de lançamento do Plano Safra dos quais participamos. Era ano atrás de ano,



e dizíamos: “Mas como? Estão aqui os números da agricultura familiar camponesa da reforma agrária, mas temos menos créditos que a agricultura empresarial”. Fizemos todos aqueles comparativos, mas este ano será diferente. Não nos ateremos a fazer a discussão específica da liberação do crédito, apesar de reforçarmos aqui a crítica em nome do nosso movimento.

Quero, então, reforçar questões mais prioritárias para nós neste momento, questões que se referem ao avanço concreto da agricultura camponesa e da reforma agrária em Minas Gerais. O primeiro é com relação à infraestrutura básica. Não é possível mais tolerar a falta de energia, a falta de acesso à água e a falta de estradas no meio rural. Isso acentua a pobreza; isso acentua as desigualdades; isso impede qualquer avanço produtivo e de desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Portanto, temos uma grande expectativa para o próximo período, em razão desse passivo histórico. Sabemos que alguns outros estados tiveram condições de avançar. Também na esfera nacional há críticas ao cenário, no que se refere à infraestrutura do campo. Contudo, alguns estados conseguiram avançar mais que Minas Gerais. Essa é a hora e a vez de Minas Gerais avançar.

O segundo tema é a pobreza no meio rural. Aprendemos com alguns companheiros do novo governo de Minas que governar é fazer opções. É necessário fazer a opção para a solução concreta e a extinção da pobreza no meio rural em Minas Gerais. Não podemos mais tolerar essa chaga. Minas Gerais tem sido a caixa d'água do Brasil, tem sido um território de espoliação de tantos e tantos anos. Os nossos recursos naturais garantem a balança comercial e a estabilidade econômica. Então, que eles garantam também a estabilidade social sem vacilações. Vamos acabar com a pobreza no meio rural em Minas Gerais.

O terceiro tema: nós não podemos avançar em qualquer política sem termos como referência o fortalecimento da agricultura familiar e da agricultura camponesa e sem o acesso à terra. Esse é o elemento fundamental para que possamos produzir e viver com dignidade.

Em nosso país, em Minas Gerais, vivemos com a chaga da concentração da terra. Nenhum outro país avançou ou avançará com as terras concentradas nas mãos de poucos, enquanto muitos aguardam a tão sonhada reforma agrária. É preciso colocar a reforma agrária na escala de prioridade, para que possamos fortalecer o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. A indústria precisa da reforma agrária. Não é possível fortalecer e estancar esse processo de desindustrialização que vivemos em Minas Gerais e no Brasil sem reforma agrária, sem acesso à produção primária, sem acesso a um conjunto de trabalhadores que tenha condição de baratear o alimento e fornecê-lo com qualidade e, principalmente, que dê conta de acessar no mercado o que é produzido pela indústria. Queremos fortalecer o mercado interno; queremos fortalecer a dignidade dos mineiros e, para tanto, tem de haver reforma agrária.

Precisamos avançar em um plano de reforma agrária em Minas Gerais. Porém, são necessárias algumas finalizações, gestos concretos diante de situações extremas de conflitos que se referem ao acesso à terra. Destacamos três em Minas Gerais, Patrus. Faça esse destaque para ficarmos mais animados para o próximo período e possamos tanto construir internamente, o que é o nosso dever como movimento social, quanto atacarmos as demandas que existem neste momento conjectural.

A Fazenda Gravatá em Novo Cruzeiro: ela é palco da primeira ocupação massiva de terras em Minas Gerais, é uma ocupação legítima. Hoje temos uma situação extrema, que é possível ser resolvida, e contamos com o Estado brasileiro para isso. A antiga Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio, um exemplo do vergonhoso processo que hegemonizou o campo durante tanto tempo. Ela é devedora, caloteira, abandonada e está lá com mais de 400 famílias que, há 16 anos, sonham com aquele pedaço de terra. Foi de lá que saíram vários lutadores e várias lutadoras do povo, nessa jornada de luta que estamos travando nesta capital.

Também a antiga Fazenda Nova Alegria, no Município de Felisburgo, terra que foi manchada com o sangue dos trabalhadores de forma covarde – aliás, com a corresponsabilidade de quem estava à frente do Estado mineiro, que não ouviu nem fez movimentação alguma para a solução do conflito e impedir que se chegasse ao massacre. Há ainda o desafio de se colocar na cadeia o fazendeiro Adriano Chafik, mas o Estado ou o governo pode garantir a grande conquista para a reforma agrária de Minas Gerais, que é a desapropriação dessa fazenda.

Destacamos também um quarto elemento em toda essa luta por reforma agrária e pelo campo. Diferentemente do que foi feito e ao que se chegou em vias do massacre em Felisburgo, hoje temos espaços de mediação de conflito impulsionados pelo governo do Estado de Minas Gerais. Esse é um grande avanço para todos nós. Conflito social não é caso de polícia, é caso de política pública. É dissolução concreta. E a mesa que conseguimos – digo nós, porque nós dos movimentos sociais temos sido provocadores dessas ações – significa grande avanço para que novos “felisburgos” não voltem a acontecer.

Companheiros e companheiras, vamos tratar da primeira divisão do campeonato. Amanhã estaremos nas ruas para continuar a avançar e impedir retrocessos. Esses avanços que conseguimos em Minas Gerais têm de continuar acontecendo. Porém, aqueles que acham que é hora de acabar com a democracia, que é hora de roubar a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro, que é hora de fazer golpismo usando a grande imprensa, atacando governos que foram legitimamente eleitos pelos trabalhadores, vão se ver conosco nas ruas de Belo Horizonte. Seremos milhares amanhã.

Nem um passo atrás; mais um passo à frente. Essa é a tarefa do movimento social dos trabalhadores. Contamos com todos os que acreditam em um país e em uma Minas Gerais melhores, com mais direitos, pois não nos furtaremos a essa grande luta. É ou não é, companheirada? Obrigado. Seguiremos.

#### **Palavras do Sr. Eduardo José de Almeida**

Companheiros e companheiras, bom dia. Saúdo o governador Fernando Pimentel, o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa, e o ministro Patrus Ananias, em cuja pessoa saúdo os demais integrantes da Mesa.

Trago um abraço do companheiro Juseleno, presidente da Fetraf, que, por motivo de força maior, não pôde estar aqui hoje.

Nós, dos movimentos sociais, tínhamos o sonho e a expectativa de vermos assentadas em uma mesa as representações dos governos federal e estadual com os deputados que defendem os nossos projetos na Assembleia Legislativa. Há muito tempo, como movimentos sociais, temos sofrido as consequências desse projeto no Estado, e são muitas as dificuldades. Pensávamos que, no dia em que o governo se assentasse com os movimentos sociais e nos ouvisse, essa história mudaria. Hoje, vendo esse cenário, a nossa expectativa aumenta mais ainda. A nossa expectativa é termos um Estado que, além de trabalhar as políticas vindas do governo federal, participe e contribua para que a agricultura familiar e os trabalhadores e as trabalhadoras rurais possam avançar em nosso Estado. Hoje sentimos



expectativa ao vermos esse primeiro Plano Safra para a agricultura familiar ser lançado na presença do governador. Voltaremos muito mais vezes para reivindicar políticas diferenciadas.

O companheiro Silvinho se posicionou muito bem quando falou sobre as políticas de acesso à terra. Não haverá nenhuma política para os agricultores e agricultoras familiares sem o acesso à terra. Para um Estado em que grande parte das terras está concentrada nas mãos de empresas plantadoras de eucalipto, sem uma política de regularização fundiária, não adianta política nacional. É preciso, neste caminho que começamos a trilhar, que o nosso Estado faça realmente diferente e trabalhe para que as políticas funcionem.

Serei breve. Só quero dizer que, no ano que vem, estaremos aqui novamente, com o objetivo de ver uma participação maior do Estado no lançamento do Plano Safra, seja para reduzir ainda mais os juros para os agricultores, seja para dar um bônus com uma participação mais efetiva dos recursos do Estado nas políticas federais, que ainda não temos em nosso Estado. Obrigado.

O locutor – Informamos aos presentes, bem como aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham nos mais de 300 municípios de Minas Gerais, que este ato está sendo testemunhado também por cerca de mil pessoas que estão do lado de fora da Assembleia Legislativa, muitas delas integrantes dos movimentos sociais que nos acompanham neste momento.

#### **Assinatura de Contrato de Doação de Imóvel**

O locutor – Será assinado agora o contrato de doação pela União ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – de imóvel situado na Fazenda Jacaré, no Município de Bocaiuva, Minas Gerais. Convidamos para assiná-lo os Srs. Gilson de Souza, superintendente regional do Incra em Minas Gerais; Rogério Veiga Aranha, superintendente do Patrimônio da União em Minas Gerais; Patrus Ananias, ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário; e Felipe Russo Maciel, da direção estadual do MST.

– Procede-se à assinatura do contrato.

#### **Entrega de Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar**

O locutor – Ato contínuo, será entregue à Cooperativa Agropecuária dos Produtores de Nova Resende e Região Ltda. o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar – Sipaf. Para recebê-lo, convidamos o representante da entidade, o seu presidente, Danilo Fernandes. O selo será entregue pelo Exmo. Sr. Patrus Ananias, ministro de Desenvolvimento Agrário. Convidamos também, para participar do ato, o Exmo. Sr. Fernando Pimentel, governador do Estado, bem como o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

– Procede-se à entrega do selo.

#### **Palavras do Sr. Patrus Ananias**

Bom dia. Inicialmente, saúdo os presentes, os militantes dos movimentos sociais; com muito respeito carinho e apreço, saúdo os manifestantes que se fazem presentes, as deputadas e os deputados. Faço sempre essa saudação inicial como um exercício também de consciência política e cívica para nos lembrar de que nós, as chamadas autoridades, estamos na Mesa por uma delegação do povo, que vocês aqui representam. É uma forma de lembrar sempre o que dispõe a nossa Constituição: todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Estamos aqui prestando homenagem ao fundamento básico da nossa soberania, que é o nosso povo, que vocês, lideranças, parlamentares, militantes e manifestantes, hoje representam.

Hoje temos a presença maior do governador do Estado de Minas Gerais para nos lembrar também que não somos detentores de poder, mas que somos servidores do povo. Essa dimensão do serviço ao bem comum, do serviço à comunidade, especialmente do serviço aos pobres, aos que têm fome e sede de justiça, é o sentido maior da nossa ação.

Quero, então, saudar o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; com muito apreço, o governador do Estado de Minas Gerais, o meu, o nosso governador Fernando Pimentel; o deputado federal Padre João, coordenador do Núcleo Agrário do PT na Câmara dos Deputados. Na pessoa do Padre João, quero saudar os demais colegas deputados federais aqui presentes, inclusive os que estão exercendo cargo de secretário de Estado. Quero saudar o deputado estadual Rogério Correia, fraterno amigo e companheiro, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade. Na pessoa do deputado Rogério e do presidente Adalclever, quero saudar todas as demais deputadas e os deputados aqui presentes.

Só há uma mulher fazendo parte da Mesa? Então, presto uma homenagem às mulheres. Quero saudar a deputada Marília Campos e, na pessoa da Marília, os demais deputados. Quero saudar ainda o companheiro Glênio Martins, secretário de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais; o João Cruz, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais; a nossa companheira Adriana Aranha, delegada federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; o nosso companheiro Gilson de Souza, superintendente regional do Incra em Minas Gerais; o Alberto Broch, presidente da Contag. Quero dar a esse bom gaúcho as boas-vindas às terras mineiras. Quero saudar o nosso companheiro Vilson Luiz da Silva, presidente da Fetaemg; o companheiro Eduardo José de Almeida, vice-presidente da Fetraf; o companheiro Silvio Cardoso Neto, da direção estadual do MST; o companheiro Onaur Ruano. Na pessoa do Ruano, quero saudar os demais integrantes da nossa equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vou me dispensar de citar mais algumas pessoas, primeiro porque poderei cometer algum esquecimento. Como já saudei todo o Plenário de maneira muito especial, quero reiterar, mais uma vez, a minha saudação aos secretários do governador e aos deputados estaduais presentes. E vou registrar uma presença muito importante para meu coração. Já que as mulheres estão sem tantas representantes, menciono a Adriana, já mencionei a Marília e vou mencionar uma pessoa do Plenário, por meio da qual gostaria de prestar mais uma homenagem às mulheres, a minha companheira, Verinha, que está ali sentada, participando desta solenidade. Um beijo. Pois é, a reforma agrária vai chegar lá, com certeza.

Quero também me dirigir às pessoas que não estão no Plenário, que estão fora do Plenário desta Assembleia, nos acompanhando por meio do telão. Essas pessoas também estão incluídas na saudação inicial que fiz às pessoas que estão aqui presentes.

Gostaria de externar, inicialmente, também a minha alegria de estar em Minas Gerais, meu Estado, de estar em Belo Horizonte. Tenho duas cidades, duas terras: Bocaiuva e Belo Horizonte. Quero externar a minha alegria de estar na Assembleia Legislativa do nosso estado, porque sou também funcionário desta Casa, funcionário concursado desde 1982.



Aqui também é a minha casa, é o meu local de trabalho. Quando não estou ocupando cargos públicos, é para cá que volto, para a Escola do Legislativo e para as aulas na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde ganho o sustento e, com a Verinha, mantemos os meninos da família Victor Ananias.

Quero externar minha alegria de estar na companhia – já falei e quero reiterar – do governador Fernando Pimentel. É uma grande alegria, de coração, Fernando. São 40 anos de caminhada. Ele foi uma das primeiras pessoas que encontrei quando cheguei a Belo Horizonte, nos anos 1970, nos anos de chumbo, nos anos terríveis da ditadura militar, quando havia a experiência dos jornais dos bairros e tantas outras experiências de resistência democrática. O fato de hoje ele estar à frente do governo de Minas é para nós motivo de honra e de muita alegria. Sob a sua liderança, faremos as grandes mudanças e avanços que o povo de Minas precisa e quer.

Também quero dizer que estamos muito sintonizados em um ponto, entre outros tantos, que o governador Pimentel, desde a campanha, vem enfatizando: o desenvolvimento regional. Nós, no ministério, estamos sintonizados, pois estamos recuperando, governador, os territórios como espaço de encontro das políticas públicas, como espaço de encontro de energias do poder público, com a presença do governo federal, do governo estadual, das prefeituras, dos movimentos e das entidades para promover também o desenvolvimento local, regional, a partir das vocações, das potencialidades das diferentes regiões de Minas e do Brasil. Nessa perspectiva, estamos viajando pelo Brasil para fazer o lançamento do Plano Safra, com o nosso companheiro Ruano e com outras companheiras e companheiros do ministério. Começamos pelo Ceará e, na próxima semana, estaremos no Maranhão; depois, em Minas Gerais. Estamos fazendo visitas aos estados, às regiões, aos territórios. Visitas de contatos diretos, ficamos por três ou quatro dias nas regiões visitando os acampamentos, aqueles que estão esperando a terra, com muita justiça, para se fazer reforma agrária. Estamos visitando os assentamentos, os espaços da agricultura familiar.

Nesse sentido, quero lembrar a vocês que tivemos importantes avanços. É importante falar deles, para depois falarmos dos desafios. O Ruano apresentou os avanços que alcançamos com o Plano Safra 2015-2016, na agricultura familiar. Houve aumento significativo nos recursos, no seguro, no cooperativismo, na agroecologia e na agroindústria. Hoje ligamos a televisão, o rádio ou lemos determinados jornais e revistas que nos deixam com o sentimento de que o Brasil está acabando, que nada de bom foi feito em nosso país, que nada conquistamos. Precisamos nos contrapor a esse sentimento porque, por trás dele, está, na verdade, uma tentativa de nos humilhar, de baixar a nossa autoestima, de voltar àquele sentimento ruim, negativo, que o escritor Nelson Rodrigues chamou de complexo de vira-latas. O povo brasileiro não é vira-latas; somos um grande povo. Estamos construindo uma nação e precisamos nos contrapor a essas forças do atraso, que querem negar a caminhada histórica do povo brasileiro.

Estamos vivendo um momento histórico. Governador, visitamos o Nordeste, o Ceará, o meu Norte de Minas, de onde venho, o nosso querido Vale do Jequitinhonha, com suas características climáticas parecidas com as do Nordeste.

Há anos, não muito tempo assim – deixemos claro –, 12 ou 13 anos atrás, as consequências trágicas de qualquer seca maior no Nordeste e no Norte de Minas eram previsíveis. Essas consequências produziram obras clássicas da literatura brasileira, como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *Morte e Vida Severina*, do poeta João Cabral de Melo Neto. Eram multidões nas ruas, nas estradas, clamando por um prato de comida; muitas vezes, pessoas em estado de necessidade, agredidas pela fome, assaltavam armazéns, depósitos de alimentos; eram criadas frentes de trabalho sem nenhum critério. Lembro-me bem de ver, pela televisão, pessoas comendo lagartixas, caranguejos.

Estive recentemente por quatro dias no sertão do Nordeste, no Ceará; estive também no Norte de Minas, visitando minha mãe, minha família e encontrei outra realidade. Foram quatro anos de pouca chuva, mas não existem retirantes. As pessoas estão se alimentando. É preciso ficar claro que o que está garantindo essa situação às famílias e às comunidades, também nos assentamentos, são os programas sociais que implantamos no Brasil, a partir do governo do presidente Lula. É o Bolsa Família, é a consolidação de programas como o Benefício de Prestação Continuada, que garante salário mínimo aos idosos com mais de 65 anos e aos deficientes incapacitados para o trabalho; é o programa Luz para Todos. Lembro-me bem, no início do governo Lula, quando dissemos que construiríamos 1 milhão de cisternas. Isso foi motivo de piada, de ironia, de comentários desrespeitosos e agressivos. Hoje temos 1.200.000 cisternas no semiárido, no Polígono das Secas. Viajamos pelo Norte de Minas, e, em todo o canto, há uma cisterna.

E os jovens que estão na universidade? São 1.500.000 jovens, filhos e filhas de trabalhadores, inclusive trabalhadores rurais que tiveram acesso à universidade por meio do Prouni e do Fies; dezenas de novas universidades e extensões universitárias pelo País afora. Por todos os lugares, encontramos escolas técnicas, os Ifets de níveis médio e superior. Portanto, é preciso ficar claro que muitas coisas boas foram conquistadas, que avançamos no campo da agricultura familiar, avançamos com o Minha Casa, Minha Vida, e o Brasil nunca viu um programa semelhante a esse.

Tenho representado a presidenta Dilma e estive no Triângulo, em Uberlândia e Iturama, na entrega de casas, e agora estamos levando o Minha Casa, Minha Vida Rural para os espaços da agricultura familiar, dos assentamentos do Crédito Fundiário. Fizemos tudo? Não, temos muita estrada pela frente. Mas, para continuarmos caminhando juntos, em busca de novas conquistas, precisamos de energia, necessitamos de confiança em nós mesmos, ter força. E essa força, vamos buscá-la olhando para o passado e vendo, com clareza, o que já conquistamos.

Estão nos atacando, atacando o nosso governo e a presidenta Dilma não pelos nossos eventuais erros, porque todos nós erramos – todos os seres humanos estão expostos a equívocos, ninguém é perfeito. Tenhamos claro, companheiros e companheiras, que eles estão nos atacando – e inclusive afrontando a Constituição – pelos nossos acertos, pelas nossas conquistas, pelos avanços que conquistamos. Mesmo assim, não podemos retroceder.

Voltando até um pouco atrás, antes mesmo do início do governo do presidente Lula e da presidenta Dilma, vivemos um momento histórico no Brasil: enfrentamos e derrotamos a ditadura. A presidenta Dilma e o governador Pimentel experimentaram a prisão, o horror da violência da ditadura. Levamos o País à Constituição de 1988. E essa Constituição, que é uma conquista do povo brasileiro, dos que resistiram à ditadura, hoje também está ameaçada por aqueles que querem desrespeitá-la direta ou indiretamente, desrespeitar a manifestação clara do povo brasileiro nas eleições do ano passado.

Este é um momento em que temos de reafirmar as nossas convicções. Quero reafirmar os nossos compromissos – compromisso nosso, compromisso da presidenta Dilma –, porque, no dia em que lançamos o Plano Safra da Agricultura Familiar, a presidenta Dilma me deu a mais honrosa tarefa que recebi na minha vida. Ela me disse: “Quero que, em 30 dias, o ministério me apresente um plano concreto para fazermos a reforma agrária e assentarmos as pessoas e famílias acampadas por esse Brasil afora”. Essa é a nossa tarefa. Sabemos que é uma tarefa difícil, um desafio, mas o que nos move é um sentimento muito forte.

Encontrei em São Paulo, governador Fernando Pimentel e nosso querido presidente, uma jovem de 15 anos. Ela passou a infância e está passando a adolescência, a juventude na lona. Temos de ter claro que lona não é lugar para ser humano viver. Isso é que tem de nos mover. Então, o que estamos buscando não é uma promessa, porque isso depende de algo mais. Estamos fazendo parcerias com o governador Fernando Pimentel e precisamos de parcerias com os governadores estaduais no País inteiro. Contamos com a boa vontade das prefeituras; precisamos das entidades e movimentos para avançarmos juntos. Estamos com o pé na estrada, já encaminhamos à presidenta Dilma o nosso projeto de reforma agrária. Quero aprofundar a nossa cooperação – porque temos uma leitura comum do mundo – com o nosso querido governador.

Por conta desse lançamento da presidenta, estamos levantando alguns casos exemplares e considerando algumas situações muito desafiadoras, que conheço bem, como, por exemplo, a do Triângulo Mineiro. Há alguns casos em Minas que são referência mesmo: Felisburgo, Novo Cruzeiro e Ariadnópolis. No caso de Felisburgo e Novo Cruzeiro, nossa ideia é avançar, mas deixar para a presidenta Dilma, quando for anunciar o plano da reforma agrária. Queremos colocar alguns casos exemplares de desapropriação, de consolidação da reforma agrária, especialmente no caso de Felisburgo, que é marcado pela estupidez, pela brutalidade, pela violência, pelo sangue, e cinco pessoas perderam a vida. Estamos trabalhando na perspectiva de que a presidenta possa anunciar o lançamento, e esperamos que seja bem breve – nossa proposta já está com ela –, para que possamos resolver a situação definitivamente. No caso de Ariadnópolis, também estamos encaminhando uma solução compartilhada com o nosso querido governador.

Por último, ao mesmo tempo em que reafirmamos o compromisso com a reforma agrária, estamos reafirmando outro ponto também. É em nome desses dois compromissos que estamos no ministério: avançar na reforma agrária e no desenvolvimento da agricultura familiar. Nosso desejo, nosso compromisso é fazer dos espaços da agricultura familiar espaços de produção de alimentos.

Queremos alimentos saudáveis, alimentos que promovam a saúde e a vida das pessoas, daí o nosso compromisso com a agricultura orgânica, especialmente com a agroecologia. Mas queremos também que sejam espaços de vida. Estamos correndo atrás, buscando parcerias porque queremos que as políticas públicas de educação, de cultura, de saúde, de inclusão digital, de moradia, de saneamento básico, de estradas, de acesso aos mercados estejam presentes. Estamos trabalhando com esses dois horizontes: desenvolvimento da agricultura familiar – e já demos um passo muito importante, haja vista essa apresentação de hoje – e reforma agrária, que é o nosso desafio.

Vamos anunciar algo muito importante: já assentamos 10 mil famílias nesses poucos meses em que estamos no ministério. Mas o nosso olhar para o futuro é que, no final do governo da presidenta Dilma, não haja mais nem uma criança, nem um jovem, nem uma família morando debaixo de lona no Brasil. E com esse sentimento que viemos aqui. Muito obrigado e uma força para todos nós!

#### **Palavras do Governador do Estado**

Bom dia a todos e a todas! Serei breve, mas peço licença para registrar e cumprimentar algumas presenças queridas e importantes para nós. Começo pelo presidente desta Casa, meu amigo, parceiro, deputado estadual Adalclever Lopes, a quem desde já cumprimento pela iniciativa de abrir a Casa ao povo de Minas Gerais. Esta é a Casa do povo de Minas Gerais, e o povo está aqui dentro. Parabéns, Adalclever Lopes, que seja sempre assim. Você tem sido um presidente que dá orgulho a nós que estamos ao seu lado. Cumprimento meu querido companheiro Patrus Ananias, companheiro de muitos anos, meu amigo fraterno, com quem tive o orgulho e a honra de trabalhar na prefeitura de Belo Horizonte, que agora é ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário. É uma alegria enorme ter você entre nós, nesta cidade que é sua tanto quanto minha; meu companheiro deputado estadual Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a este encontro, meus parabéns; o deputado federal Padre João, representando a Câmara dos Deputados e o nosso núcleo de deputados agrários do partido; e os vereadores presentes, que são muitos. Saúdo, com muito carinho, os companheiros que falaram e estão presentes representando os movimentos sociais, os trabalhadores da terra: o Silvinho, do MST, o Vilson, da Fetemg, o Eduardo, vice-presidente da Fetraf, e o querido companheiro Alberto Broch, presidente da Contag. Saúdo os meus secretários presentes, que são muitos – metade do governo está aqui –, nas pessoas dos queridos companheiros Glênio, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, e João Cruz, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quero esclarecer para os companheiros que estão aqui que criamos a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que não existia – aliás, é uma vergonha para Minas Gerais até hoje não haver uma parceria com o MDA, que já existe há mais de 20 anos, e não haver uma secretaria de desenvolvimento agrário dedicada à agricultura familiar. Mas temos dois secretários de agricultura familiar, porque o João Cruz é da Zona da Mata, filho de pequenos agricultores, e tem compromisso, tanto quanto o Glênio, com a agricultura familiar. Então, temos duas. Registrem isso e cobrem dele, porque ele é nosso parceiro também. Companheiros do governo federal que estão aqui, como vocês são muitos, vou saudá-los na pessoa da nossa companheira Adriana Aranha, delegada do MDA em Minas; Gilson, superintendente regional do Incri; Danilo, presidente da Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende, a quem demos o selo de excelência; enfim, saúdo todos os companheiros que estão aqui.

Quero dividir dois sentimentos com vocês nesta manhã. Em primeiro lugar, sinto uma alegria muito grande por estar aqui, uma alegria sincera.

Esqueci-me de saudar os companheiros do IMA, os fiscais, que estão aí em cima. Não me esqueci de vocês, só não os mencionei na saudação. Saúdo também os companheiros da educação, que estão ali. Nós, os ATEs, os ANEs, estamos juntos. Estamos conversando e negociando com todos. Vamos achar a solução para todos os problemas. Temos que ter um pouquinho de paciência, mas vamos achar a solução.

Gente, a alegria é grande de chegar a esta Casa. Já viemos aqui outras vezes, tantas vezes, não é, Patrus? E vemos esta Casa colorida, com os bonés vermelhos do MST, os bonés verdes da Fetaemg. Que alegria ver os nossos companheiros da educação e os



companheiros do IMA! Esta é a Casa do povo. Esta é a democracia que nós queremos, que nós construímos. A juventude rural está ali. Que alegria termos esse sentimento de encontro, de podermos compartilhar os problemas.

Deixem-me contar um caso para vocês rapidamente. Ontem eu estava em São Paulo, à noite, num evento empresarial ligado à indústria automobilística, e, depois, haveria um coquetel. Não fiquei até o final, pedi licença para sair antes porque queria voltar rápido, pois hoje de manhã tínhamos este encontro aqui. Mencionei isso para um executivo, para um empresário de uma das empresas que estava lá: “Vou voltar para Belo Horizonte hoje ainda, porque amanhã temos um evento importante com os movimentos sociais do campo, com as federações dos trabalhadores rurais. Vamos apresentar o Plano Safra de Agricultura Familiar, e eles vão estar lá, na Assembleia”. Esse empresário, que não é da política, me perguntou: “Mas, governador, o senhor vai nisso? O senhor vai lá? Esse negócio não é muito complicado, não? As pessoas vão reivindicar, vão reclamar, vão pedir coisas”. Eu já estava meio cansado, meio impaciente – sabe, Patrus? – e respondi: “Meu caro, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Passo o mês inteiro ouvindo calúnias, agressões, maldades, insinuações, críticas injustas de gente que não gosta de nós nem do povo. Não posso ter um dia para ir lá no meio do povo e ouvir o que eles, legitimamente, têm para reivindicar?”. Se não for assim, não vale a pena ser governador.

Aliás o Patrus falou muito bem: só estamos aqui, parlamentares, deputados – muitos estão presentes, por isso não citei todos –, governador do Estado – o Patrus, que é ministro –, porque vocês nos colocaram aqui. Então, se não pudermos chegar perto e conversar, não vale a pena. É essa mudança, companheiro Patrus, que está acontecendo agora em Minas Gerais. Custamos muito para chegar aqui e, agora que chegamos, começamos a mudar as coisas, e a mudar pra valer. Não dá para fazer tudo de uma hora para a outra; não tem mágica; não é possível fazer tudo de uma hora para outra; mas os companheiros que estão aqui sabem do esforço que estamos fazendo para, de fato, mudar a atitude do governo em Minas Gerais.

Começamos, Patrus – e fico orgulhoso de ser personagem, não por ser governador, mas porque sou mineiro e militante da causa popular desde a minha juventude –, a dar um exemplo para o Brasil de harmonia. Sim, harmonia, porque a Assembleia é nossa parceira, bem como o Poder Judiciário, que criou agora o Sejus, que é o centro de resolução de conflitos por demandas territoriais urbanas e rurais, o que não existia aqui. É um jeito de começarmos a resolver os problemas antes de eles se transformarem em sentenças de reintegração de posse, que depois exigem um trabalho grande para serem solucionados. E criamos, por decreto, como mencionou o Silvinho, a mesa permanente de diálogo e negociação com as ocupações urbanas e rurais, que serve justamente para ouvir os movimentos, para resolver os conflitos de forma negociada, pacífica e harmônica. Por que não pode ser assim? Basta ter essa boa vontade. Então estamos avançando nessa direção.

É uma alegria muito grande. Nem tudo foi resolvido, falta muita coisa, mas a atitude mudou. Isso é muito importante porque é o princípio daquilo que queremos: transformar o Estado de Minas Gerais em um território de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento harmônico, com espaço para todos. É isso que estamos fazendo aos poucos. Daí a minha alegria de, na manhã de hoje, celebrar aqui com todos vocês e prestar a minha homenagem, como governador do Estado, aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais da agricultura familiar, que são responsáveis por 70% dos alimentos que consumimos. É por isso que estou aqui hoje, e vou voltar muitas e muitas vezes. Vocês também vão voltar, irão também ao Palácio Tiradentes, ao Palácio da Liberdade. Serão sempre bem-vindos. Vamos conversar, negociar e trabalhar juntos. O importante é trabalhar.

Costumo dizer uma coisa, Patrus, que muitos não percebem. Minas Gerais tem uma característica. Quem nasce aqui é mineiro. Quem nasce no Rio Grande do Sul é gaúcho. Quem nasce no Rio é carioca. Quem nasce em São Paulo é paulista. Quem nasce em Goiás é goiano. Todas essas são denominações apenas geográficas. Mineiro é um trabalhador, é o sujeito que trabalha na mina. Minas é o único Estado do Brasil cujo nome próprio é trabalho. Um político mineiro disse que o outro nome de Minas é liberdade. Concordo. Somos um povo libertário. Lutamos pela liberdade desde antes da independência do Brasil. Se o outro nome é liberdade, o primeiro é trabalho, e todos nós somos trabalhadores. Daí a nossa homenagem sincera aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais.

Quero encerrar contando um caso rápido porque acho que ilustra bem, Patrus, o que está acontecendo em Minas e tem a ver com os nossos compromissos. Aliás, vamos reafirmar aqui o nosso compromisso, seu e meu, se me permite essa ousadia, com Novo Cruzeiro, Ariadnópolis e Felisburgo. O mais importante é Felisburgo. Nós só não avançamos aqui porque queremos que a presidente Dilma seja protagonista desse momento. E não vai demorar. No início de setembro, vamos resolver esse problema em parceira com o governo federal.

Quero contar esse caso para encerrar porque já estou falando muito; o presidente ainda tem que falar, e a manhã já está virando tarde. Esse caso é pessoal, mas ilustra bem a nossa caminhada. Tomei posse no dia 1º de janeiro, e muitos companheiros que estão aqui estiveram na posse. Foi uma alegria muito grande aquele dia. Como o dia 1º é feriado, meu primeiro dia de trabalho foi o dia 2 de janeiro, uma sexta-feira. Fui ao Palácio da Liberdade porque havia despachos lá para fazer. Cheguei ao Palácio pela manhã. Era uma manhã muito bonita. Não sei se vocês já repararam, mas o palácio tem aquele prédio bonito, virado para a praça e, no fundo, há um jardim bonito com gramados e uma fonte. O carro chegou pelo jardim e, quando desci do carro, havia uma moça do cerimonial me esperando para me explicar detalhes funcionais. Desci do carro e vi um senhor trabalhando no jardim. Um senhor mais idoso, negro, de cabelos grisalhos e macacão de jardineiro. Aproximei-me para conversar com ele. Ele assustou um pouco e eu cheguei e perguntei: como vai? O senhor é que cuida do jardim? Que beleza! Está muito bonito! Troquei palavras de incentivo e de carinho. Disse que queria ver aquele jardim sempre bonito e que, se ele precisasse de alguma coisa, poderia me procurar. Abracei o senhor e entrei. Quando olhei para trás, a moça do cerimonial havia sumido. Estranhei e perguntei por ela. Disseram-me que ela tinha ido atender o jardineiro porque ele havia sentido alguma coisa. Perguntei se ele havia passado mal, mas não souberam me informar. Subi. Passou um pouco, ela chegou à sala e eu perguntei o que havia acontecido, por que ela havia sumido. E ela me disse que voltou para atender o jardineiro. Perguntei se ele havia passado mal. E ela me respondeu que ele teve uma crise de choro porque, durante 40 anos que ele trabalha no palácio, nunca um governador o havia cumprimentado. E eu fiquei pensando nisso. Nós governamos exatamente para essas pessoas, para os esquecidos, os desassistidos, os abandonados, os humilhados, aqueles que não são nem vistos pelas pessoas.



Sei que tem gente que é contra isso. É da democracia. Temos de respeitar. Tem gente que não concorda com esse modelo que está aqui. Pois temos de dizer que, enquanto formos governo, o nosso compromisso será com essas pessoas. É assim que vamos governar Minas Gerais. Muito obrigado. Parabéns aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais.

#### Palavras do Presidente

Vou falar da tribuna, apesar de ser praxe o presidente encerrar da Mesa. Fiz questão de subir para falar desta tribuna, que é tão cara para mim.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de participar de um momento como este. Desta tribuna, também participei de um momento semelhante com os professores, os quais, assim como vocês, comemoraram um grande acordo dentro da Assembleia e abraçaram os deputados no Plenário.

Governador, como as coisas mudaram! Hoje vejo os movimentos sociais participando de eventos conosco, dentro do Plenário da Assembleia Legislativa. Então, ministro Patrus, quero, em nome de todos os parlamentares de Minas, agradecer-lhe este lançamento na Assembleia Legislativa, essa deferência com o Parlamento de Minas.

A história de muitos países mais próximos mostra que a agricultura familiar é sustentáculo de desenvolvimento econômico, distribuição de riquezas, promoção de justiça social, e, por isso, em todos eles, essa agricultura é estimulada e valorizada no âmbito das políticas públicas.

Meu querido líder Durval Ângelo, em um dia de muita tensão no Parlamento, na ocasião de uma votação muito difícil relacionada à educação, lembrou como as pessoas pararam de se importar umas com as outras. Cada uma só se preocupava com o seu problema e não se importava mais com nenhuma categoria, mas isso mudou muito. O líder do governo, deputado Durval Ângelo, até citou Bertold Brecht, que nos deixou uma mensagem interessantíssima: “Primeiro levaram os negros/ mas eu não me importei com isso/ eu não era negro./ Em seguida, levaram alguns operários/ mas não me importei com isso/ eu também não era operário./ Depois prenderam os miseráveis/ mas não me importei com isso/ porque eu não sou miserável./ Depois agarraram uns desempregados/ mas como tenho meu emprego/ também não me importei./ Agora estão me levando/ mas já é tarde./ Como eu não me importei com ninguém/ ninguém se importa comigo”.

Contudo, hoje este governo vem e muda tudo isso. O governador Fernando Pimentel, meu querido Patrus Ananias, ouve para governar, e nós aqui, em Minas, seguimos rigorosamente a Constituição. Os poderes são independentes, e, o mais importante, harmônicos, e aqui a harmonia está em primeiro lugar.

Li um artigo do ministro Patrus Ananias, na *Folha de S. Paulo*, e ele citou Guimarães Rosa e *Grande sertão: veredas*. Ele disse que o Plano Safra da Agricultura Familiar significa mais que o alimento na mesa dos brasileiros.

Ele representa a agroecologia, a diversificação do plantio, o desenvolvimento territorial, a cultura preservada, a qualidade de vida, os mananciais resguardados, a geração de energia e, principalmente, a redução da pobreza.

Muito obrigado a todos vocês. Como disse o ministro Patrus, paz e bem. Sejam sempre bem-vindos ao Parlamento de Minas. Muito obrigado.

#### Apresentação Musical

O locutor – Para abrilhantarmos este encontro, convidamos os presentes para ouvir a apresentação do Coral da Assembleia, regido pelo maestro Guilherme Bragança, o qual nos brindará com as músicas *Peixe Vivo*, do folclore mineiro, e *Berimbau*, de Baden Powell e Vinícius de Moraes.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente (deputado Rogério Correia) – A presidência agradece ao coral, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, pela apresentação. Agradeço a presença de todos os deputados, do público, do governador Fernando Pimentel e do ministro Patrus Ananias.

#### Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### ATA DA 21ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/8/2015

#### Presidência do Deputado Fabiano Tolentino

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Recebimento de Mensagens – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Entrega de Placas – Palavras do Sr. Eduardo Teixeira de Rezende – Palavras do Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas – Palavras do Sr. Lázaro Emanuel Franco Salles – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Fabiano Tolentino – Fred Costa – Isauro Calais.

#### Abertura

O presidente (deputado Fabiano Tolentino) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

– O deputado Isauro Calais, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a comemorar do Dia do Maçom.



### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Eduardo Teixeira de Rezende, eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais; Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, sereníssimo grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; e Lázaro Emanuel Franco Salles, soberano grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, os quais serão conduzidos até a Mesa pelas filhas de Jó, jovens entre 10 e 20 anos ligadas à ordem; e os Exmos. Srs. João Paulo Torres Dias, defensor público e assessor institucional da Defensoria Pública, representando a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; e Pier Senesi, secretário municipal de Serviços Urbanos de Belo Horizonte, representando o prefeito municipal, Marcio Lacerda.

### Registro de Recebimento de Mensagens

O locutor – Registramos o recebimento de mensagem do Exmo. Sr. deputado federal Domingos Sávio, deputado que atuou nesta Casa Legislativa, por meio da qual S. Exa. lamenta sua ausência nesta solenidade, em razão de compromissos agendados anteriormente, e parabeniza o deputado Fabiano Tolentino pela iniciativa e, naturalmente, todos os irmãos maçons. Da mensagem, vou extrair a seguinte parte: (- Lê:) “Ao longo dos meus mandatos nesta Casa, tive a alegria de, por diversas vezes, apresentar requerimento para realização desta sessão especial, homenageando uma das mais destacadas instituições do mundo, da qual me sinto honrado de fazer parte há muitos anos, ininterruptamente. Deputado Federal Domingos Sávio”.

Gostaríamos de deixar registrado também que S. Exa., o prefeito municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, enviou mensagem a cada um dos representantes das entidades que foram homenageadas nesta cerimônia, parabenizando também o deputado Fabiano Tolentino pela iniciativa e, ao cumprimentar as entidades, naturalmente o faz a todos os senhores membros da maçonaria.

### Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Sexteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, sob a regência do Ten. Marco Aurélio.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor – Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Fabiano Tolentino, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

### Palavras do Presidente

Boa noite, meus irmãos, filhas de Jó e todas as nossas companheiras aqui presentes, as mulheres de nossa vida. Pela televisão, minha esposa está nos acompanhando em Divinópolis. Hoje estamos transmitindo para toda Minas Gerais este momento importante que vivenciaremos, o Dia do Maçom, o Dia da Maçonaria, esta ordem tão importante que tanto lutou por causas dignas nas batalhas do passado e luta até hoje por dias melhores e grandes conquistas.

Cumprimento o eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais, Eduardo Teixeira de Rezende, grande companheiro e amigo; o sereníssimo grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, o Tataco, companheiro e amigo do meu pai de infância e juventude – trabalharam juntos, meu pai tem uma admiração especial pelo Geraldo Eustáquio, o Tataco; o soberano grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, Lázaro Emanuel Franco Salles – obrigado, mais uma vez, por estar junto conosco; o excelentíssimo senhor defensor público e assessor institucional da Defensoria Pública, João Paulo Torres Dias, representando a Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública do Estado de Minas Gerais – muito obrigado; o excelentíssimo secretário municipal de Serviços Urbanos de Belo Horizonte, Pier Senesi, representando o prefeito Marcio Lacerda, que também nos enviou agradecimento pelo convite para esta homenagem de hoje na Assembleia; e o Celso, presidente da Fael. Aproveito para cumprimentar todos os presidentes das assembleias e as filhas de Jó, que acompanharam os nossos grãos-mestres – muito obrigado por tudo. Nas pessoas do Altair, do Gabriel e do Eta, cumprimento todos os maçons em nome de Divinópolis, minha cidade, o meu oriente, a minha loja. Agradeço ao Márcio da Anunciação Dias a presença. O Gabriel está sempre presente. Obrigado, Rodrigo, Márcio, que todo ano está participando da organização junto conosco. Agradeço ao gabinete por organizar este dia.

As coisas passam muito rápido. Há cinco anos, realizávamos o primeiro encontro da maçonaria e já estávamos como deputado estadual. O deputado Domingos Sávio esteve presente todo ano e me ligou, porque está havendo votações no Congresso. É semana de votações, e ele está lá nos representando. Temos de lhe agradecer. Ele enviou ofício explicando os seus motivos, conforme lido pelo nosso Cerimonial.

Depois do Domingos, passamos a fazer os encontros, e cinco anos já se passaram. Iniciamos no primeiro ano, ainda sem muito aprendizado do Legislativo. Graças a Deus, passaram-se quatro anos e conseguimos estar novamente aqui, pois conquistamos a reeleição. No início obtivemos 30 mil votos e, quatro anos depois, fomos reeleitos com 60 mil votos, com a ajuda dos irmãos. Isso mostra que, com princípio, com transparência, com trabalho bem-feito, conseguimos fazer uma política decente, digna, ainda que com toda a dificuldade desse caminho.

Hoje, meus irmãos, vivemos um momento muito difícil no Brasil, na economia, na parte moral. A política perdeu o respeito. Os políticos desrespeitam as instituições, desrespeitam as pessoas, desrespeitam o dinheiro dos nossos impostos, que chega até eles e deveria ser melhor distribuído. Cada vez mais, é papel da maçonaria participar de todo esse processo. Nós somos maçons e estamos ocupando um mandato, que é passageiro. Estamos aqui pela segunda vez, mas pode acontecer de outros estarem em nosso lugar. Mas, enquanto estivermos aqui, teremos de fazer o melhor. É o meu pensamento. Já que estamos aqui, vamos tentar fazer sempre o melhor e da melhor forma possível, até para mostrar que existem momentos de mudança. Acredito na mudança do País e em novas pessoas na política. Então temos de trabalhar também esses valores. Nós, da maçonaria, temos de pensar muito em tudo isso, em trabalhar os nossos jovens nas escolas, com princípios de civilidade e de fraternidade, que é o que mais pregamos. É ver as coisas boas nos lugares certos. Existem coisas boas nos lugares certos, mas tem muita coisa errada no lugar errado. Temos de ser contra esses princípios que estão errados.

Quando falamos da política como um todo, queria dirigir-me aos irmãos. Estamos aqui com todos os irmãos e pessoas queridas. Quero ressaltar que não é fácil fazer política nos dias de hoje. Infelizmente, por tudo que a política passa, acaba sobrando para todo mundo. Lamentavelmente, as pessoas não sabem julgar os que fazem um trabalho certo e os que não fazem. A grande maioria entende



que é tudo uma coisa só. Ser político é sinônimo do ruim. Se aquela pessoa é política, automaticamente todas as questões ruins recaem sobre ela. E é difícil sermos políticos. É difícil pensarmos que um filho nosso possa ser político e esteja nos defendendo na Assembleia Legislativa ou na câmara municipal da cidade onde moramos. É difícil concebemos isso, de tão ruim que tornou-se a profissão do político. Mas não podemos desistir. Temos que lutar para colocar pessoas cada vez melhores aqui dentro nos defendendo. O que será de nós se não tivermos pessoas do bem entre os 77 deputados? Se não tivermos pessoas do bem entre os 513 deputados federais? Se não tivermos pessoas do bem nas câmaras de vereadores e nas prefeituras, no governo de Minas e no governo do Brasil? Se não tivermos pessoas do bem, não vamos avançar em nada. Então temos que pensar profundamente que a maçonaria tem o papel fundamental de trabalhar a questão moral das pessoas, de trabalhar a ética e os princípios na política. E temos que fazer também essa construção internamente. Às vezes as pessoas nos falam que maçonaria e política estão muito distantes, mas não estão tão distantes. Quantos movimentos já foram feitos dentro de lojas – e as pessoas nem sabem que foram feitos – e produziram tantos resultados? Mas o que mudou na população? Quantas coisas boas a maçonaria já trouxe para o Brasil e para o mundo? Então temos que nos envolver mais com a política, ir mais a fundo na política, colocar mais pessoas boas dentro da vida pública para nos defender e realmente nos mostrar que os princípios são outros, que aqueles princípios do passado que hoje julgamos contrários têm que ser mudados algum dia. Estou aqui porque acredito nessa mudança. Se eu não acreditasse, não estaria aqui falando para os irmãos de uma forma tão simples e corajosa, mas do jeito que eu acho que tem que ser.

Então começo falando sobre alguns pontos que perdemos a chance de mudar um pouco mais. Há três ou quatro meses, tivemos uma reforma política que acabou não sendo uma grande reforma política. Tivemos a chance de mudar, mas, talvez por falta de coragem, não tenhamos conseguido. Discutimos pouco sobre o sistema eleitoral, que é tão confuso até para nós que votamos. Uma pessoa que tem muitos votos não se elege, e aquele que tem poucos votos se elege e está aqui nos representando. O sistema é confuso. Discutimos pouco o sistema eleitoral. Discutimos pouco sobre uma melhor divisão e a presença dos deputados no Estado.

Deveria haver um sistema distrital, que é mais puro, que faria com que as pessoas estivessem mais presentes naquele contexto. Com isso não haveria uma campanha em que o deputado, de quatro em quatro anos, fosse lá buscar os votos e depois não conseguisse mais voltar. Não porque não fosse uma pessoa boa, mas talvez porque não conseguisse atingir todo o Estado devido a sua imensidão. Por mais que queira atender a todas as cidades, não vai dar conta porque o sistema eleitoral é difícil de se compreender. Se tivéssemos esse sistema delimitado em mais regiões, poderíamos defender melhor aquela região. Isso está muito bem expressado nessa revista que eu passei. O sistema distrital seria a forma mais correta, numa base territorial de 200km da cidade onde eu moro. Isso facilitaria, baratearia a campanha. Não é isso que queremos? Um custo menor de campanha? Os políticos não precisariam gastar milhões para ser eleitos. Se assim fosse, não precisaríamos explicar como fazer uma campanha tão cara se não vamos conseguir pagar com o salário que vamos receber? Temos que colocar algumas interrogações e mudar a forma de se fazer política, e mudar a forma de se fazer uma eleição. Isso foi um pouco discutido. Mas, no momento de se tirar o recurso público, faltou coragem. Tirou-se para os políticos numa particularidade, mas não se tirou para os partidos.

A abertura do capital continua da mesma forma nas questões das nossas campanhas eleitorais partidárias. Hoje vemos nas grandes mídias que é ali que se inicia a corrupção, seja em menor ou maior escala, como estamos vendo. Nenhuma empresa que tem que dar lucro vai investir na política se não tiver um retorno garantido. E aí, sim, começa a corrupção, chegando à proporção que estamos vendo. Parecia que esse sistema era o correto. E tudo começa a ser de forma contrária a nossa visão. As campanhas passam a ficar muito caras, as empresas têm que investir muito, automaticamente as obras têm que sair a um preço que talvez não seja o mais justo, e vemos aí onde vamos parar.

Chegou o momento de darmos um basta. E esse basta precisa da participação maior da população. Temos de pensar um novo modelo de fazer política. Caso contrário, não conseguiremos suportar a situação. Na verdade, talvez o mais certo seja as empresas não entrarem na política. Aí, sim, as campanhas seriam mais baratas e modernas, e todos teriam condições de se apresentar e mostrar o seu trabalho. Às vezes, isso não acontece. Infelizmente, vemos a força de um candidato pelas placas que possui numa cidade. No momento eleitoral, pensamos: “Fulano de tal está muito forte. Você viu quantas placas ele tem?”. Na verdade, está havendo gasto público, que nem poderia ocorrer dessa forma. O meu sonho é um dia todos se expressarem num material 10x15, pois a campanha ficaria mais barata e, automaticamente, haveria mais condições de termos aqui pessoas de todas as esferas da sociedade, não se limitando apenas àqueles que realmente têm muito capital para aqui estar.

Esse mecanismo do capital na política não é o mais correto. Não é assim que faço campanha. Graças a Deus, conseguimos, da nossa forma, duplicar a votação. Saímos de 30 mil para 60 mil votos. Talvez o nosso modelo não esteja tão errado. O certo é estar presente.

Chamamos os irmãos aqui para dizer que o momento é de mudança. Temos de pensar de que forma ajudaremos nesse processo, qual a nossa coragem. Quando terminamos o nosso mandato, avançamos. Infelizmente, disputar com a máquina é muito complicado, politicamente falando. A estrutura administrativa é muito forte numa campanha eleitoral. Quando terminamos o mandato da reeleição, automaticamente, vamos oxigenar e dar gás ao prefeito ou governador reeleito. Isso é salutar, essa oxigenação é boa no meio político. Tínhamos de discutir inclusive eleições legislativas: vereador, senador, deputado. Para as casas, talvez isso seja um verdadeiro terror, porque é cômodo ficar aqui por quatro, cinco ou seis mandatos. A sua base territorial fica muito forte. É difícil perder os votos. Pode-se perder numa escala pequena, mas o político vai continuando no cargo. Talvez isso não seja o melhor para a população. O melhor é que haja oxigenação, para que outras pessoas manifestem a sua posição. O deputado estadual pode tornar-se deputado federal e vice-versa. Automaticamente, pode até ser prefeito da sua cidade e ajudar a Nação de uma forma melhor, em vez de acomodar-se no posto e ficar ali por quatro, cinco, seis mandatos. Não que ele esteja errado. É a sua competência que ali está. Mas é preciso entender que o sistema também protege a continuidade. Temos de mexer nisso também. É difícil, principalmente na posição que ocupo, como deputado. Eu falava disso em algumas reuniões políticas, e as pessoas quase me matavam - vereadores de quatro, cinco mandatos. Mas essa é a realidade. Temos de movimentar o sistema, temos de fazer diferente, porque nós já não suportamos mais o que está apresentado. E a sociedade, muito menos.



Hoje, devemos fazer uma reflexão geral. E aí peço aos irmãos para pensar e trabalhar realmente. Mas primeiramente temos de trabalhar a juventude para saber realmente qual o verdadeiro papel do deputado, do vereador, do prefeito, que às vezes é desconhecido. As pessoas acham que deputado tem de executar obras, quando essa função cabe ao prefeito. Às vezes, é cobrado por algo que não é de sua responsabilidade. Então, de fato, o papel está invertido. Alguns entes legislativos não podem executar obras e vão às ruas dizer que as estão executando, o que é uma inversão de valores nos dois lados. Temos de ensinar à população o que é realmente a política em cada esfera. Dessa maneira, ganharemos mais condições para ter bons nomes nos representando.

O tema em pauta é interessante. Estamos vivenciando essa situação. A pauta votada na Câmara dos Deputados já está no Senado e foi aprovada na comissão. Daqui a 15 ou 20 dias será votada no Senado. Talvez haja poucas mudanças. Será aprovada a pauta que foi discutida. Não unificamos as eleições, que continuam acontecendo de dois em dois anos. É um prejuízo parar um país de dois em dois anos. As obras param, as ações param, e o custo é muito alto. Talvez, com a unificação, alguém diga que é difícil votar em tantos nomes – hoje pode levar cola –, mas com essa medida estaríamos diminuindo o custo eleitoral e teríamos eleições de quatro em quatro anos. É preciso modernizar de alguma forma. Não conseguimos mais suportar o que está apresentado.

Então, é momento de refletirmos, mas, mais ainda, meus irmãos, é momento de pensarmos na juventude que virá. E essa nós temos de trabalhar, para que realmente consiga enxergar, nos nomes que temos apresentado – e ano que vem haverá eleição novamente –, os melhores para nos representar. Só assim poderemos ter um Legislativo melhor, um Executivo melhor, uma Minas Gerais melhor, um Brasil melhor. Muito obrigado a todos vocês, mais uma vez, por estarem aqui. Podem contar sempre com a gente.

Finalizando, eu gostaria de dizer, Eduardo, caros irmãos, Tataco, Lázaro, representantes aqui da maçonaria, que vocês acompanham o nosso trabalho, sabem da nossa dedicação na política; fui o primeiro deputado a abrir mão do 14º e do 15º salários, não recebo auxílio-moradia. São ações mais do que certas para a sociedade que temos hoje. O errado seria talvez o contrário. Na semana passada talvez eu tenha tido o dia mais feliz quando uma pessoa saiu lá de Bocaiuva para me agradecer. Na verdade, a gente não espera da política agradecimento. A gente espera fazer o melhor trabalho, e, automaticamente, vêm em torno de nós as pessoas que vão agradecer, ou não, as ações que a gente faz. E o Sr. Flaviano saiu de Bocaiuva, na semana passada, o que realmente me comoveu, porque ele veio aqui nos agradecer. Hoje eu sou presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, junto ao deputado Antônio Carlos Arantes – está ali o representante Luciano, nosso companheiro –, e o Sr. Flaviano veio nos agradecer porque este ano ele não conseguiria pagar a conta dele, de R\$30.000,00 – que ele fez um empréstimo para plantar, não choveu e, automaticamente, ele não colheu o que poderia colher. E estava com a dívida que ele tem de pagar no Banco do Brasil. E nós conseguimos, em audiência pública, rediscutir a dívida de todos os produtores rurais do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Por isso o Sr. Flaviano veio nos agradecer, pois ele pode pagar os R\$30.000,00, que venceriam neste ano, em três pagamentos, um por ano, com juros de 8% ao ano, como estava no contrato. E isso faz com que a gente continue trabalhando na política. Dessa forma nós conseguimos ajudar 13 mil produtores diretamente relacionados, no norte do Vale do Jequitinhonha. E sabem o que acontece? Em qualquer cidade onde houve problema de chuva e existe um laudo de emergência do prefeito ou onde o técnico da Emater tenha atestado em laudo que a plantação não foi colhida, o Banco do Brasil tem de assemelhar os casos, porque os direitos são iguais. Se isso foi feito no Norte de Minas, se o problema é o mesmo, ele tem de ser assemelhado em qualquer lugar, desde que haja prova suficiente para isso. Então eu acredito que a gente vai atingir quase 30 mil ou 40 mil pessoas que não pagariam a dívida do seu plantio e vão conseguir pagar de três vezes e, assim, poderão continuar plantando, para trazer para a gente esse agronegócio, essa agricultura e agropecuária tão pujantes que a gente tem em Minas Gerais. É isso que nos faz ter força, realmente, para trabalhar dia a dia.

No mais, temos de ter esperança, e a esperança é de dias melhores, de pessoas melhores na política; e temos de trabalhar nesse bem comum que é, realmente, trazer pessoas do bem para locais certos do Brasil e de Minas Gerais. Muito obrigado a todos e boa noite.

#### **Entrega de Placas**

O locutor – Neste momento, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega ao eminente grão-mestre do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais, Sr. Eduardo Teixeira de Rezende, ao sereníssimo grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, e ao soberano grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, Sr. Lázaro Emanuel Franco Salles, de placas alusivas a esta homenagem. As placas contêm os mesmos dizeres, quais sejam: (- Lê:): “A história da maçonaria confunde-se com a própria história do Brasil. Ao defender e difundir os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, os maçons participaram de importantes conquistas para a democracia e os direitos civis, como a independência, a abolição da escravatura e a proclamação da República. Hoje, em Minas, as lojas maçônicas continuam promovendo uma sociedade melhor e mais justa, por meio de importantes ações sociais, culturais e educativas em prol das comunidades onde estão inseridas. Em comemoração ao Dia do Maçom, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta justa homenagem ao Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais por seu incansável trabalho na defesa da ética, da justiça e dos direitos humanos no Estado”.

– Procede-se à entrega das placas.

#### **Palavras do Sr. Eduardo Teixeira de Rezende**

Meus irmãos, minhas cunhadas, nossas sobrinhas, filhas de Jô, e nossos componentes da Mesa, cumprimento a todos em nome do nosso ilustre deputado, representante da maçonaria nesta Casa, Fabiano Galletti Tolentino, nosso amigo de longas caminhadas. Conhecemos a sua campanha desde o princípio, conhecemos os princípios morais e maçônicos que nortearam a sua trajetória política. E temos certeza de que é essa a escola que queremos construir para tentar sair desse ponto de inflexão pelo qual o nosso país passa.

O Brasil é o país das sucessivas crises, desde as naturais artificializadas às artificiais naturalizadas. O Brasil é o país da corrupção, desde o seu primórdio de nascimento. Na nossa certidão de nascimento, Pero Vaz de Caminha dirigiu-se ao rei pedindo emprego. Aqueles que aqui vieram trocaram bugigangas com os índios, corromperam e construíram uma nação alicerçada em valores éticos poucos adequados para a construção de um país soberano, um país que foi privilegiado por Deus com recursos naturais imensos, um país cujo povo, desprovido de qualquer índole belicosa, um país cujo povo, educado convenientemente e com os recursos que dispõe,



poderia, sim, segundo o sonho dos nossos maçons José Bonifácio de Andrada e Silva, Gonçalves Ledo e o próprio Pedro I, ser uma das maiores nações do mundo. Tínhamos toda condição para isso.

Ao longo desse tempo todo, nós nos perdemos nos meandros da história, na pequenez do imediatismo, do se salvar e deixar todo mundo para trás, do individual em detrimento do coletivo. E o que vemos hoje é simplesmente um retrato potencializado do que sempre fomos construindo. Não vejo novidade nem me causa espanto. Na crise por que passamos hoje, a única diferença que existe entre o passado e o presente é que a democracia sempre foi fraudada numa maioria elitizada, numa maioria que detinha um poder econômico, numa maioria que detinha o conhecimento, numa maioria que detinha a capacidade de transformar esta nação. A democracia é desproporcional, ela é diferente do que Platão previa em *A República*, é diferente do que pregamos nas nossas escolas doutrinárias maçônicas, porque nos falta um critério muito básico para que a democracia possa ser exercida na sua plenitude. A democracia só é válida quando não se tem que curvar a nenhum dos poderes constituídos, quer seja o econômico, quer seja o eclesiástico, quer seja o militar ou o quarto poder mais forte, que seria a educação e, aliada a ela, a comunicação, a interação e a capacidade de discernir, que às vezes é tolhida do povo. A maçonaria sempre se posicionou de maneira correta, firme e dedicada para desconstruir essa perversa história.

Hoje, dia 20 de agosto, nós comemoramos esta data um pouco entristecidos, por saber que por esta crise pela qual estamos passando a maior nação do mundo também passou. Barack Obama se curvou ao poder econômico. Estamos assistindo a uma desconstrução das nossas empresas, estamos assistindo a uma desconstrução da motivação do povo para trabalhar, estamos assistindo a uma máquina burocrática cobrando, esmagando, dilacerando o povo, e, para que essa máquina possa funcionar, só a propina, só a vantagem, só o amigo do amigo. Quem não for amigo do amigo será preso.

Tivemos a oportunidade de ver, no mensalão, que a Justiça não foi tão imparcial como deveria ser. Com alguns, ela foi mais justa e, com outros, foi menos justa. Será que isso vai se repetir na Lava Jato? E parou pela Lava Jato, porque o que vem de BNDES, dos fundos de previdência é de arrear, é de nos deixar estarrecidos. Estamos, hoje, participando de uma sociedade de comunicação – a comunicação pela internet, pelas redes sociais, em tempo real. Professor Gabriel, acontece uma coisa em Brasília, e no outro dia já está correndo o mundo. Essa internet fará uma revolução muito mais profunda nesses valores. Todos nós, de maneira geral, somos corruptos. Todos nós sonegamos impostos, todos nós passamos escrituras por preços diferenciados, todos nós pagamos um despachante para passar na frente o nosso filho, o nosso irmão, o nosso amigo, e todos nós ficamos escandalizados. O princípio é o mesmo, não existe mais corrupto ou menos corrupto. A diferença é a escala de valores. Nós fazemos a corrupção no dia a dia, nas nossas interações sociais, nas nossas discriminações do mais poderoso para o mais enfraquecido. Temos que começar a pensar em reconstruir a sociedade. O capitalismo está sendo colocado em xeque, da mesma forma que no passado, com Gorbachev, a União Soviética ruiu. Por que a União Soviética ruiu? Porque ela não conseguiu construir um modelo capaz de incentivar o homem a produzir o suficiente para todos. Quando se estabelece um modelo igualitário, a tendência é igualar pelo mais baixo, e não para o mais alto. Existem diversas teses a respeito. Se o comunismo ruiu é porque ele não conseguiu incentivar as pessoas para que realmente utilizassem sua capacidade produtiva.

Estamos observando uma ruína postergada do capitalismo. O capitalismo mostrou, em relação ao comunismo, uma eficiência produtiva, mas está longe de criar uma eficiência distributiva, uma eficiência inclusiva, uma eficiência onde o respeito à lei vale para todos. Gostaria de ver o Marcos Valério na cadeia, como está, e outros figurões que estão fora da cadeia também. Parece que não temos coragem de prendê-los. Por quê? A Justiça é diferente para uns? É essa Justiça que queremos no nosso seio? É essa pátria que queremos construir? Sinceramente, estamos sendo muito hipócritas. Hipócritas em achar que a corrupção só ocorre lá em cima, quando aqui em baixo também há. Hipócritas em achar certo a sociedade como está – uns podem ser presos, outros não. E mais hipócritas ainda de entender que a artificialização desta crise é externa.

O próprio Barack Obama, negro, americano, com nome muçulmano, bastardo, filho sem pai, teve de se curvar a um poder econômico exacerbado. Os Estados Unidos da América se curvaram. A China, hoje, vai passar por esse mesmo declínio.

Quem ganha com essas crises? Bancos, bancos, bancos, bancos e sistemas financeiros. Ganham rios de dinheiro quando a economia encolhe. Ganham rios de dinheiro quando a economia é inflada, e o povo é estimulado a produzir e depois sucatear tudo que se produz. É o País do desperdício.

Se nós não formarmos em nossas fileiras o conhecimento capaz de dar discernimento a essas ações, já não precisaremos de maçonaria, já não precisaremos de nos reunir em nossas lojas. Para quê? Para quê? Agora, do contrário, se viemos aqui, hoje, numa cerimônia bonita como esta, nesta Casa lotada de irmãos do mais alto valor, com as três obediências juntas, harmônicas, é porque estamos trabalhando por essa construção.

Gostaria de parabenizar o nosso Tataco, permita-me assim chamá-lo, e o nosso irmão Lázaro, porque acreditamos nessa maçonaria. Essa maçonaria nos enche de orgulho. Essa maçonaria é capaz de fazer o diferencial.

Meus irmãos, estou muito triste por ver um país como o Brasil sendo dilacerado nas suas entranhas por uma democracia fraudada, tanto interna quanto externamente. A dimensão desta crise vai ser muito maior na desconstrução das nossas empresas e da nossa capacidade produtiva do que simplesmente o roubo de alguns ou o desvio de conduta de outros. Não é a cadeia que resolve isso. O modelo americano, nesse ponto, é mais interessante. Eles chamam a pessoa e a punem. Cadeia para uns sem cadeia para outros já começa sendo uma esculhambação, já começa sendo um descrédito, já começa sendo uma inverdade, já começa sendo uma hipocrisia. Punição para todos é o *slogan* da maçonaria.

Não é preciso necessariamente prisão, triplicar, quadruplicar, porque isso também é figura de retórica. Faça-se igual ao que os Estados Unidos fizeram: roubou? Devolve com juros e imposto. Vamos botar esse pessoal para trabalhar mais. Não vamos fechar uma Andrade Gutierrez e uma Camargo Corrêa – que têm uma história construída na engenharia que nos enche de orgulho - porque um ou outro ou um dirigente dela se curvou ao momento e à corrupção do momento, às vezes, até para ter um espaço para trabalhar. Não estou defendendo, estou dizendo que não é a cadeia que resolve, e sim pesadas multas, a devolução do dinheiro e a sua aplicação no lugar certo. Vamos fazer como o americano faz: colocar o presidente da Andrade Gutierrez ou de uma Odebrecht para fazer um



trabalho comunitário. Coloquem-no para trabalhar a sua empresa para gerar mais empregos e pagar, sim, a dívida que tem com a sociedade, que é dele, que é dos políticos que ainda não foram chamados e do funcionário público que cobrou todas aquelas propinas para que a coisa tramitasse na seção dele. E, para quem não pagou propina, ele criou dificuldade, prendeu, fechou, arreventou e acabou, porque a máquina burocrática do Brasil é horrorosa, esmaga o cidadão de bem que tem de trabalhar. Vamos resgatar este país de riquezas, de um povo generoso, para a construção de uma cidadania mais justa e mais perfeita. Muito obrigado a todos pela atenção.

#### **Palavras do Sr. Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas**

Boa noite. Cumprimento o presidente desta reunião, nosso amigo, deputado Fabiano Tolentino, jovem, dinâmico, talentoso, deputado que tem honrado a maçonaria nesta Casa e contribuído, de forma destacada, para o desenvolvimento de uma grande região que representa, o Centro-Oeste. Na pessoa do deputado Fabiano Tolentino, cumprimento os demais membros da Mesa. Minhas cunhadas, sobrinhos, filhas de Jó, meus irmãos, convidados, voltar a esta Casa no Dia do Maçom, sobretudo para receber a homenagem do Parlamento mineiro, que nesta ocasião reitera o seu respeito e confiança na maçonaria como instituição capaz de contribuir para a construção de perspectivas para o Brasil, a qual sempre esteve presente nos grandes acontecimentos desta nação, enche-nos de orgulho.

Em nome da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, agradecemos a iniciativa do irmão, amigo e deputado Fabiano Tolentino, propondo esta reunião de homenagem, bem como à direção desta Casa pela acolhida à sua proposta, proporcionando-nos esta noite tão especial, de confraternização e reafirmação de compromissos em prol desta nação, que, como já foi dito aqui pelo nosso eminente Grão-Mestre Eduardo, vive preocupante e perigosa situação de crise política, social, econômica e, sobretudo, de ordem moral.

Meus irmãos, deputado Fabiano Tolentino, afirmamos-lhes que estaremos sempre atentos e prontos para contribuir para as ações que visem à solução dos problemas que afetam a sociedade e o Brasil, e que não nos omitiremos, sobretudo nesse delicado momento de grandes definições e busca de caminhos mais seguros para o povo brasileiro. O Parlamento mineiro, cuja história registra participação destacada nos grandes movimentos em defesa dos interesses do cidadão, da sociedade e das instituições, pode contar sempre com a nossa parceria responsável e consciente.

Nesse contexto, lembramos que, quando aqui estivemos, no dia 21/8/2014, participando de cerimônia semelhante, tivemos a oportunidade de informar, em nosso pronunciamento, sobre os trabalhos desenvolvidos na XLIII Assembleia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – CMSB -, realizada em julho de 2014, em Belo Horizonte, passando às mãos do Deputado Fabiano Tolentino a Carta de Belo Horizonte, documento assinado pelos 27 Grão-Mestres das Grandes Lojas do Brasil, na qual alertamos a sociedade brasileira e os entes estatais constituídos de que patrocinariamos um projeto de lei, de iniciativa popular, com o objetivo primordial de neutralizar a corrupção e erradicar a impunidade. Naquela ocasião o ilustre deputado, gentilmente, fez a leitura, na íntegra, do referido documento.

Esse projeto, que foi denominado Corrupção Nunca Mais! e que está sendo coordenado pela Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, foi concluído no início deste ano e lançado oficialmente no dia 21 de março passado, estando em pleno desenvolvimento em todo o País, com a coleta de assinaturas para atingir o número exigido para os projetos de lei de iniciativa popular.

Também queremos destacar nessa ocasião que, na XLIV Assembleia Geral Ordinária da CMSB, realizada em São Paulo em julho de 2015, foi reafirmado o compromisso de todas as 27 Grandes Lojas do Brasil com esse projeto de lei Corrupção Nunca Mais!, bem como registrado voto de louvor às atividades judicantes desempenhadas pelo Juiz Sérgio Fernando Moro, que, aliadas às ações do Ministério Público e da Polícia Federal, vêm demonstrando efetivo e destemido combate às práticas de corrupção, merecendo o apoio irrestrito da sociedade brasileira e, em especial, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. A Carta de São Paulo, assinada ao final do encontro pelos Grão-Mestres e que teve cópias remetidas às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, externa o pensamento e o posicionamento das 27 Grandes Lojas Maçônicas do Brasil, quanto à sua capacidade e responsabilidade cidadã de contribuir para o combate à corrupção e à impunidade, que se apresentam hoje como um dos maiores males do Brasil. Sr. Presidente, deputado Fabiano Tolentino, o povo brasileiro já não aguenta conviver com a cultura e a prática da corrupção e da impunidade. Sentimo-nos muito confortáveis em compartilhar com os Srs. deputados esse nosso trabalho, pois sabemos quanto esta Casa preza a moralidade no trato da coisa pública.

Meus caríssimos irmãos, neste Dia do Maçom, que se apresenta como ocasião propícia à reflexão quanto ao nosso papel de construtores sociais, trazemos-lhes uma mensagem de otimismo e confiança, reafirmando que o momento é de união, convergência de esforços e propósitos, como demonstrado no Manifesto da Maçonaria Mineira, assinado pelos Grão-Mestres da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, do Grande Oriente de Minas Gerais – Comab – e do Grande Oriente do Brasil – GOB-MG – e divulgado na semana passada. Vivenciamos este Dia do Maçom de 2015 como talvez um dos mais significativos dos últimos tempos para a nossa Ordem em Minas Gerais, diante da grandiosidade do trabalho e dos esforços que estão sendo desenvolvidos em prol do fortalecimento da fraternidade, bem como das ações concretas com vistas a contribuir para um Brasil melhor, mais seguro e promissor.

Concluindo e agradecendo, mais uma vez, esta honrosa homenagem, afirmamos a todos os irmãos que o trabalho desenvolvido no presente é que garantirá o nosso futuro. A hora da ação construtiva é agora. As nossas atitudes é que farão a diferença. Por fim, deixamos para reflexão um pensamento de Fernando Pessoa que diz: “Afinal, se coisas boas se vão é para que coisas melhores possam vir. Esqueça o passado, desapego é o segredo”. Muito obrigado a todos e boa noite.

#### **Palavras do Sr. Lázaro Emanuel Franco Salles**

Meu caríssimo e querido irmão Fabiano Tolentino, peço vênia para, na sua pessoa, cumprimentar as autoridades da Mesa e meus caros pares, grão-mestres. Esse é um irmão que tão bem representa a maçonaria nesta Casa de leis; e, quando digo “bem”, meus irmãos, gostaria de ressaltar que a maçonaria só pode se orgulhar de um cidadão que, em um ano eleitoral, conquistou 30 mil votos e, quatro anos depois, em um lapso tão curto de um mandato – um mandato passa tão depressa, deputado –, dobrou sua votação. Assim sendo, aceite os parabéns da maçonaria mineira, meu querido irmão Fabiano Tolentino.



Meus queridos irmãos do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais, caríssimos irmãos da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, meus queridíssimos irmãos do Grande Oriente de Minas Gerais, ouvimos aqui atentamente os dois queridos grão-mestres que nos precederam, e falou-nos o grão-mestre Eduardo sobre união; e a hora, meu querido Eduardo, é realmente de união. Não poderia, de forma nenhuma, ficar insensível ao estado de coisas que acontecem em nosso país. Todos sabemos que atravessamos a maior crise de valores de nossa história, e um maçom não poderia ficar insensível a esse estado de coisas, até porque, meus irmãos, todos os fatos históricos ou mesmo os maiores fatos políticos da Nação brasileira, necessariamente, passaram por dentro de lojas maçônicas.

Assim sendo, conclamo meus irmãos que nos acompanhem quando sairmos de nossas casas e, juntos, unidos, como deveremos ser e seremos sempre, atravessarmos a cidade pacificamente clamando – e pedindo a todos que também o façam - por um país melhor. Essa é a maçonaria de Minas Gerais, uma maçonaria forte e, sobretudo, unida e operosa. A maçonaria brasileira é uma das maiores do mundo, e hoje tenho a certeza de que nós, maçons do Grande Oriente de Minas Gerais, do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais e da Grande Loja Maçônica, orgulhamo-nos de estar unidos, trabalhando por um país melhor.

Agradeço a meus queridos pares, grão-mestres Eduardo e Tataco, por estarmos unidos nesta hora em que o País precisa tanto da nossa liderança, da liderança da maçonaria. Diria a todos que, quando se fala em união, também não podemos nos esquecer daquilo por que lutamos: a fraternidade maçônica, pois, no dia em que ela se for, simplesmente nada mais restará da maçonaria. É hora, pois, meus irmãos, de todos nós, unidos, fazermos uma corrente de força e união, sobretudo, pela manutenção da fraternidade maçônica tão presente no coração de cada um, como aqui conseguimos sentir.

Coube a mim – e pedi licença aos dois – fazer alguns agradecimentos neste Dia do Maçom, nesta data em que, tenho certeza, todos vocês receberam muitas mensagens, como nós recebemos: mensagens de encorajamento, de agradecimento, de congratulações. Ao receber tantas mensagens, lembrei-me, então, de que a minha hora como grão-mestre já está indo. Este é o oitavo ano em que participo dessa brilhante e honrosa reunião. Particpei por quatro anos como grão-mestre adjunto e este é o último ano como grão-mestre. Certamente, no ano que vem, aqui estará meu sucessor, José Humberto Bahia, que, sem dúvida, muito mais que eu, trabalhará pela grandeza não só do Grande Oriente de Minas Gerais, como da maçonaria mineira e brasileira.

É chegada a hora, meus irmãos – e, quando digo “irmãos”, refiro-me também aos queridos irmãos do Grande Oriente do Brasil e da Grande Loja de Minas Gerais -, dos meus agradecimentos. Todos sabem que foi lá, no extremo Sul das Gerais, que a maçonaria mais jovem do Estado, o Gong, foi buscar um caipirão da região para exercer esse cargo, que, sem dúvida alguma, do alto dos meus 62 anos de idade, será, tenho certeza, o mais honroso que minha vida conquistou.

Dizer da minha honra e do meu orgulho em exercê-lo seria por demais difícil para mim, mas seria muito fácil dizer da satisfação que tenho ao exercê-lo. Tenho certeza, meus irmãos, de que, mesmo residindo a quase 500km daqui e vindo não muitas vezes a Belo Horizonte, quando aqui tenho de vir, faço-o com muita satisfação. Gosto muito de estar junto aos meus irmãos. Gosto muito de visitar as minhas lojas e as lojas das potências coirmãs, e senti muita satisfação em poder ser o instrumento que devolveu ao Gong o seu progresso, o seu desenvolvimento e que tanto buscasse a união da maçonaria mineira que vemos hoje neste Plenário.

Agradeço, pois, a cada um de vocês. Talvez, pela emoção que sinto, fosse pouco dizer que o carinho, o apoio e a confiança de vocês, nesses quase quatro anos, foram e são os responsáveis por tudo aquilo que juntos conseguimos. Peço vênica a meus pares para dizer que jamais – e não é a primeira vez que digo isso – aceitarei qualquer louro unicamente dirigido ao grão-mestre. Ninguém realiza nada sozinho, meus irmãos. Se algum mérito tive, foi o de escolher bons companheiros para comigo dividir a honrosa tarefa de liderar vocês durante esses quatro anos. No ano que vem, voltarei à minha querida Poços de Caldas, para a minha querida e centenária Loja Maçônica Estrela Caldense. E de lá, quem sabe até do banco dos aprendizes, rezarei por todos vocês, para que a maçonaria mineira continue, sempre alto e bom som, levando o nome do encorajamento, da operosidade, da união e, sobretudo, da fraternidade a todos os mineiros e brasileiros.

Gostaria de fazer esse agradecimento aos meus colaboradores do Grande Oriente de Minas Gerais, que comigo dividem cada minuto do seu tempo: aos meus queridíssimos delegados regionais, alguns presentes; ao meu queridíssimo delegado distrital metropolitano, meu querido Ronaldo; aos membros do conselho geral; a todos os delegados distritais; aos grandes secretários; e, sobretudo, aos obreiros regulares e ativos das lojas filiadas ao Grande Oriente de Minas Gerais.

Muito obrigado, meus irmãos. Tenho a certeza de que, se oportunidade tiver, quem sabe mais para a frente ainda nos encontraremos. Agradeço, então, no meu último ano, ao queridíssimo irmão Fabiano Tolentino; a esta Casa de leis, que engrandece e enobrece a maçonaria mineira pelo trabalho que faz, não só pelo irmão Fabiano, como por outros queridos deputados, como Iran Barbosa e outros maçons que também estão aqui e que, junto ao Fabiano, conduzem esta Casa de leis pelo caminho da seriedade, da justiça e da probidade, o que honra a todos nós, maçons.

Encerro minhas palavras agradecendo a oportunidade que esta Casa de leis nos dá em nome do Grande Oriente de Minas Gerais. Agradeço a companhia do meu querido Eduardo, do meu querido Tataco. Este é meu último ano, mas tenho a certeza de que no ano que vem o Bahia estará com vocês lhes dando forças. Muitíssimo obrigado a todos os meus irmãos. Foi uma honra muito grande estar ao lado de vocês nesses anos. Muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Fabiano Tolentino, representando o presidente desta Casa, deputado Adalclever Lopes.

#### **Palavras do Presidente**

Pronunciamento do presidente da Assembleia do Estado de Minas Gerais, Adalclever Lopes, na Reunião Especial em Comemoração ao Dia do Maçom: (- Lê:)

“Celebrar a maçonaria já faz parte da tradição desta Casa, que reconhece na instituição uma fundamental importância na formação de nosso país e de nossos valores de cidadania. Quando recebemos os grão-mestres Eduardo Teixeira de Rezende, Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas e Lázaro Emanuel Franco Salles, estamos também homenageando cada membro do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais, da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais e do Grande Oriente de Minas Gerais. A presença conjunta neste Plenário das três organizações demonstra a união de propósitos dos participantes mineiros, em sua luta a favor do povo brasileiro e na busca de



uma sociedade melhor. A criação da nação brasileira, como entidade autônoma no panorama mundial, já revelava a intensa participação da maçonaria. Sua atuação foi essencial, desde a nossa independência, na propagação dos ideais que conduzem à prática da liberdade dos indivíduos, da igualdade dos direitos e obrigações de cada um e da fraternidade entre todos os seres humanos. O Dia do Maçom, hoje comemorado nesta Assembleia, remete, portanto, aos grandes valores democráticos e de promoção da cidadania que regem esta Casa. Partilham este Parlamento e a maçonaria os mesmos princípios da justiça e da solidariedade humana.

Expandindo-se pelo mundo simultaneamente às ideias iluministas, a maçonaria se fez agente de nossa história desde o período colonial, alimentando a vontade de independência que guiou a Inconfidência Mineira. Assim, a liberdade presente na inscrição da bandeira de Minas é o ideal maçônico transformado em símbolo vivo, a ser permanentemente recordado e a provocar a vigilante reflexão dos cidadãos.

Notáveis líderes da maçonaria, os irmãos Andrada empenharam-se na conquista de nossa independência. José Bonifácio, o patriarca, foi, emblematicamente, seu primeiro grão-mestre no Brasil. A República refletiu, desde o início, a decisiva participação do Grande Oriente na construção de nossa democracia. Com certeza, esta nação e seu povo foram educados e moldados nas grandes linhas da tolerância e da obediência à moral e à razão.

A secular tradição maçônica, trabalhando pelo bem-estar dos brasileiros, vem difundindo o progresso, a educação e a filantropia. Sem as dissidências do passado, os maçons de Minas olham novamente juntos para o nosso presente e para o futuro, comprometidos com a busca da verdade e o apoio aos direitos e à dignidade da pessoa humana.

A presença nesta solenidade das maiores autoridades da maçonaria atesta essa associação e reafirma a necessária sintonia na promoção da educação, das práticas comunitárias e da assistência social. O Dia do Maçom, além de reconhecimento à dedicação a boas obras, representa sobretudo a celebração da fraternidade e das causas justas. Muito obrigado.”

#### **Apresentação Musical**

O locutor – Convidamos os presentes a assistir a mais uma apresentação do Sexteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que interpretará a canção *Nada será como antes*, de Ronaldo Bastos e Milton Nascimento, sob a regência do Ten. Marco Aurélio.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Agradecemos ao Sexteto de Cordas da Polícia Militar. É muito bonito! Agradecemos ao irmão Eduardo, grão-mestre do Grande Oriente do Brasil; ao irmão Lázaro Emanuel Franco Salles, grão-mestre do Grande Oriente de Minas Gerais; ao Geraldo Eustáquio Coelho de Freitas, o Tataco, grão-mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; ao João Paulo Torres, defensor público aqui representando a defensora Christiane Neves; ao Pier Senesi, secretário de Serviços Urbanos de Belo Horizonte, representando o prefeito Marcio Lacerda. Agradecemos ainda a todos os irmãos, cunhadas e demais participantes.

A maçonaria está presente na Casa do Povo, na Assembleia Legislativa. Podem contar conosco. Já marcaremos a reunião do ano que vem. Espero que, em todos os anos que aqui estiver, sempre possamos celebrar o Dia do Maçom.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 21, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/8/2015**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os termos dos Projetos de Lei Complementar nºs 14, que altera a Lei Complementar nº 129, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e 15/2015, que altera a Lei nº 5.301, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 6/8/2015: ofícios da Sra. Nívia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário, e dos Srs. Adeilton Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais; Denilson Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Vítor Valverde, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (2); Antônio Sérvulo dos Santos, corregedor-geral de Justiça. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Míriam de Oliveira Galuppo, delegada de polícia, representando o Sr. Marco Antonio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais – Sindepominas; e o Ten.-Cel PM Júlio Cezar de Paula, chefe da Seção de Recursos Humanos do Estado-Maior, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; o Sr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, chefe de gabinete da Polícia Civil, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; os Srs. Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; Wilton Ribeiro de Sales, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais; Walney José de Almeida, presidente da Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais; Wellington Kalil, presidente da Associação dos Escrivães de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião.



Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.084/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Leite, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.395, 1.396, 1.399, 1.401, 1.402, 1.404, 1.409, 1.410, 1.497, 1.498, 1.502 a 1.506, 1.546, 1.560, 1.570 e 1.623/2015. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola e do deputado Professor Neivaldo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.928/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir novas denúncias de ocorrência de crimes de tráfico de drogas e furto na Universidade Federal de Minas Gerais, especificamente na Faculdade de Direito;

nº 2.929/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita ao Grupamento de Ações Táticas Especiais – Gate – da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, para verificar as condições de trabalho do efetivo ali lotado, bem como as condições estruturais das instalações e a logística de solução porventura adotada;

nº 2.930/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a suposta prática criminosa perpetrada pela empresa Via Motors Veículos, a qual recebeu valores monetários por parte de consumidores e não entregou os produtos adquiridos dentro do prazo acordado, alegando motivos diversos para o não cumprimento da oferta, além de dificultar a devolução dos valores pagos em razão da rescisão contratual;

nº 2.931/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Barão de Cocais, em atendimento a pedido da Câmara Municipal, para tomar as providências cabíveis em face do aumento da criminalidade local;

nº 2.932/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, com a finalidade de debater notícia sobre a constatação de fraude em bombas de postos de combustíveis;

nº 2.933/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Alfenas, para debater e buscar providências necessárias à promoção e garantia da segurança pública local;

nº 2.934/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater e buscar as medidas necessárias à promoção e reforço da segurança pública na região do Bairro Coração Eucarístico, em Belo Horizonte;

nº 2.935/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Justiça e à Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para que seja ampliado o efetivo policial no posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Congonhas;

nº 2.936/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para que seja instalada mais uma vara judicial na Comarca de Ouro Branco;

nº 2.937/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Chefia de Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que sejam realizadas operações policiais conjuntas entre a Polícia Militar e a Polícia Civil para a repressão qualificada de crimes no Município de Ouro Branco;

nº 2.938/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para o aumento do número de policiais militares e de viaturas no Município de Ouro Branco, bem como para a melhoria da estrutura logística da corporação no município;

nº 2.939/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Chefia de Polícia Civil e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para o aumento do contingente policial, do número de viaturas e a melhoria da estrutura operacional da Polícia Civil no Município de Ouro Branco;

nº 2.940/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral do Estado pedido de providências com vistas à nomeação de defensor público para a Comarca de Ouro Branco;

nº 2.941/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que sejam transferidos os presos da região de Ouro Branco que cumprem pena no presídio de Conselheiro Lafaiete, tendo em vista a superlotação daquela unidade prisional e a abertura de novas vagas no sistema prisional estadual;

nº 2.942/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam sejam encaminhadas à Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização, realizada em 7/8/2015 no Município de Ouro Branco, com a manifestação do delegado titular da Polícia Civil de Ouro Branco, Marcelo Fonseca Prado, para conhecimento e adoção de providências cabíveis para melhoria da estrutura física das delegacias de polícia da região de Ouro Branco;

nº 2.943/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a instalação de um centro de cumprimento de medida socioeducativa de internação de menores em conflito com lei na região de Ouro Branco;

nº 2.944/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Ouro Branco pedido de providências para que seja avaliada a possibilidade de adoção de medidas urbanísticas compensatórias pela empresa Gerda em favor do Município de Ouro Branco, em razão de a empresa ser proprietária de grandes áreas urbanas e rurais localizadas no município sem cumprimento da função social da propriedade, nos termos do art. 182, § 2º, da Constituição Federal;

nº 2.945/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Glaycon Franco e Fred Costa, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal e à Presidência da Câmara Municipal de Ouro Branco pedido de providências para que sejam implantadas medidas de



prevenção social do crime, em especial investimentos em iluminação pública e na capina de lotes vagos e áreas contíguas às passarelas municipais;

nº 2.946/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com policiais lotados na 3ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima, pela atuação na investigação e na prisão dos autores do roubo de que foram vítimas o deputado Cabo Júlio e sua esposa;

nº 2.947/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a atuação imediata de força-tarefa para apuração da morte do Sd. PM Charles Coelho de Souza Júnior, do 40º Batalhão da Polícia Militar;

nº 2.948/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para que seja reativado o posto da Polícia Rodoviária Federal no Município de Belo Oriente, próximo à Cenibra, em razão do grande fluxo de caminhões e carretas e relatos de suspeita de entrada de drogas e mercadorias roubadas na região;

nº 2.949/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para aumentar o efetivo de policiais civis e delegados nos Municípios de Belo Oriente, Açucena e Naque;

nº 2.950/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a instalação de um Batalhão da Polícia Militar no Município de Belo Oriente, bem como para o aumento da atuação de policiais militares;

nº 2.951/2015, da deputada Celise Laviola, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a morte do prefeito municipal de Central de Minas;

nº 2.952/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Jacutinga para discutir o aumento da criminalidade local;

nº 2.953/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre a Taxa de Incêndio, contendo o número de contribuintes, o valor arrecadado nos últimos quatro anos e o valor estimado para 2015;

nº 2.954/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada visita ao Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais a fim de entregar os relatórios referentes às visitas realizadas ao 1º, 2º e 3º Batalhões do Corpo de Bombeiros Militar e à audiência pública realizada para discutir a falta de suporte estrutural e logístico aos bombeiros militares, apesar da arrecadação da Taxa de Incêndio, e para solicitar, por ocasião da visita, providências cabíveis;

nº 2.955/2015, do deputado Missionário Marcio Santiago, em que solicita seja encaminhado voto de congratulações aos agentes de segurança prisionais e aos oito policiais militares lotados no 1º Pelotão Rotam, pela prisão de um homem que se passava por agente penitenciário em Juiz de Fora, que foi preso portando falsa identidade da Secretaria de Defesa Social, equipamentos e uniforme do sistema prisional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/8/2015

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 618/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o número de entidades que aguardam credenciamento no programa Aliança pela Vida, o cronograma de aprovação de negativas e a situação em que se encontra cada processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 619/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Aliança pela Vida, o número de entidades que solicitaram mudança no contrato do Módulo I para o Módulo II, o *status* de cada processo de mudança no contrato, os prazos para a efetivação dos contratados



e o impedimento de internação em comunidades terapêuticas contratadas a partir de janeiro deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 621/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os motivos da suspensão do edital de credenciamento das comunidades terapêuticas no âmbito do programa Aliança pela Vida, a reabertura desse edital e a definição dos prazos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 632/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Phoenix Mineração e Comércio no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade da citada empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 655/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em relatório da execução orçamentária do programa Bolsa Verde, desde a sua criação, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 662/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre os impactos para o consumidor final da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução, de 19% para 14%, da alíquota do ICMS incidente sobre operações internas com álcool combustível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 663/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Cemig Distribuição pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de energia elétrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de energia elétrica para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 680/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o cronograma das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Patrocínio, o prazo para retomada das obras, o valor global e o valor despendido até o momento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 722/2015, da Comissão Extraordinária das Águas, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental para a atividade de extração mineral vigentes no Estado, vencidos ou encerrados nos últimos cinco anos; certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental vigentes, arquivados, negados ou em tramitação que tenham como objeto a construção e a operação de minerodutos no Estado; certidão de inteiro teor com todas as autuações e multas aplicadas a empreendimentos minerários no Estado por órgãos de fiscalização ligados a essa secretaria, assim como as notificações de descumprimento de condicionantes e demais documentos de natureza similar; certidão de inteiro teor contendo todas as autorizações para intervenção em áreas de preservação permanentes emitidas por órgãos ligados a essa secretaria ou pela própria; e certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de emissão ou dispensa de outorga sobre uso ou intervenção em recursos hídricos e outros direitos outorgados ou dispensados pelo Igam para atividades de extração e processamento mineral e minerodutos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da macrorregião Norte do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 775/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e as demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 777/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias: piso salarial pago pelo governo do Estado; plano de cargos e carreira; montante pago pelo governo do Estado aos agentes que receberam o piso salarial em 2014; previsão de piso salarial a ser pago nos anos de 2015 e 2016; cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 780/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos; a previsão de ações e financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas; a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 781/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum, bem como sobre o número de inquéritos e denúncias realizadas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 782/2015, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da Defesa Social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido das informações que menciona, referentes à ocorrência de 50 homicídios em Juiz de Fora no período de 1º de janeiro a 5 de maio de 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 854/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados com as despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 882/2015, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de água para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 886/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o relatório completo de trabalho realizado em 57 hospitais de 36 municípios visitados pelo Ministério Público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 892/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações quanto aos termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e o governo do Estado, destinados à construção da segunda etapa da unidade de alta complexidade em oncologia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 893/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a agenda prevista para as unidades móveis de mamografia no ano de 2015 para as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 898/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela Uemg para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 899/2015, da Comissão de Educação, que solicita seja encaminhado ao reitor da Uemg pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela universidade para os cursos oferecidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 901/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo, em comparação com as médias estadual e nacional, e sobre as possíveis causas da doença na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 906/2015, das Comissões do Trabalho e de Participação Popular, que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria nº 708, de 11 de maio de 2012, do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 908/2015, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, sobre as apurações das denúncias apresentadas contra o Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.021/2015, da Comissão de Meio Ambiente, que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, conforme o disposto na Lei nº 12.503, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 16/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o cargo de diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – Igtec. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2015, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que altera os arts. 64 e 67 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 274/2015, do deputado Paulo Lamac, que institui a Semana da Conscientização e Combate à Automedicação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 484/2015, do deputado Cabo Júlio, que altera a Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg –, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.544/2015, do governador do Estado, que dispõe sobre o parcelamento de créditos estaduais, tributários e não tributários dos quais sejam devedoras empresas em processo de recuperação judicial. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.762/2015, do deputado Bosco; 1.799/2015, do deputado Isauro Calais; 1.793 e 1.795/2015, da deputada Ione Pinheiro; 1.827 a 1.830/2015, do deputado Ivair Nogueira; e 1.952 a 1.956/2015, do deputado Thiago Cota.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 25/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para debater a prática do futebol amador na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.579 e 1.590/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.854/2015, da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e Outras Drogas; 1.907/2015, da Comissão de Segurança Pública; e 1.933/2015, do deputado Nozinho.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/8/2015**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.839/2015, do deputado Felipe Attiê; 1.856/2015, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas; 1.862 e 1.863/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.882/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 1.887/2015, do deputado Iran Barbosa; 1.896 e 1.897/2015, do deputado Douglas Melo; e 1.951/2015, do deputado João Alberto.

Finalidade: debater as condições da Rodovia MG-677, no trecho do Km 42, que liga os Municípios de José Gonçalves de Minas e Virgem da Lapa.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 333/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.316/2015, do deputado Duarte Bechir; 1.519/2015, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; 1.524/2015, da Comissão Extraordinária das Águas; 1.580/2015, do deputado Antônio Lerin; 1.761/2015, do deputado Bosco; 1.964/2015, do deputado Wander Borges.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 25/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/8/2015**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.303/2015 e 1.492/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2015, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2015.

Marília Campos, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2015, às 14h30min, na Sala das



Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.252/2015, do Tribunal de Justiça, e 2.353/2015, do Procurador-Geral de Justiça, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2015.

Leonídio Bouças, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Geisa Teixeira, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2015.

Rosângela Reis, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 25/8/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber o projeto de lei do Poder Executivo contendo o Plano Estadual de Cultura.

Sala das Comissões, 24 de agosto 2015.

Bosco, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para audiência pública, com a presença de convidados, a ser realizada em 28/8/2015, às 10 horas, no Clube do Botafogo, no Município de Baependi, com a finalidade de debater a situação dos parques e a exploração das águas minerais da região do Circuito das Águas, que abrange os Municípios de Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cambuquira e Lambari, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 18/8/2015

O deputado Glaycon Franco\* – Presidente, demais deputados, servidores desta Casa, distinto público que nos acompanha das galerias ou pela TV Assembleia, o que me faz ocupar a tribuna nesta tarde de terça-feira são assuntos inerentes à saúde na região das Vertentes, nossa região.

Mas, antes, gostaria de cumprimentar o nosso governador pela nova subdivisão territorial do Estado de Minas Gerais. No mandato passado, eu e os colegas deputados com que tive o privilégio de conviver listamos como prioridade em nosso Estado tratar da desigualdade regional. Sabemos que Minas Gerais é um Estado com dimensões de país – somos o quarto ente federativo em extensão territorial, o segundo em população e o terceiro em arrecadação -, mas nosso governador, sensibilizado com a temática das desigualdades regionais, fez esse rearranjo territorial. A região do Alto Paraopeba e do Vale do Piranga, a que pertencemos, foi retirada da região metropolitana e acoplada ao Campo das Vertentes, criando-se o Território das Vertentes, que ficou composto por 50 cidades, com uma população de quase 800 mil habitantes. A região responde por 3% do PIB do Estado. Desse percentual, o setor de prestação de serviço responde por 55%; a indústria, por 39%; e o setor agropecuário, por 5,8%.

Mas alguns dados nos assustam. Nesse rearranjo territorial, a região das Vertentes ocupa a quinta posição em população entre as 17 regiões do Estado, mas, apesar disso, seu PIB continua abaixo do PIB do restante do Estado, como sempre esteve.

Para se ter uma ideia, presidente e deputados, 44,8% da população da região das Vertentes possui renda mensal *per capita* igual ou inferior a meio salário-mínimo. Isso configura situação de pobreza. Então, nossa região é uma região carente, precisa de intervenção do Estado, precisa de políticas públicas para podermos dar resposta aos anseios da população.

Especificamente em relação à saúde, deputado Antônio Jorge, alguns dados nos assustam. O índice de mortalidade infantil para cada mil habitantes na nossa região é superior ao do restante do Estado. A média de nossa região é de 13,8%, ao passo que no Estado a média é de 12,2%. E muito disso é fruto da falta de investimento na saúde na nossa região, a começar pela nossa Macro-Sul. Aliás, eu gostaria de agradecer ao nosso deputado Antônio Jorge, que subscreveu um requerimento para realizarmos uma audiência pública da Comissão de Saúde e discutirmos os problemas inerentes à Macro-Sul da saúde, que responde por 51 municípios, quase 800 mil habitantes. Tivemos oportunidade de visitar a sede. A infraestrutura é adequada, atende os anseios, mas faltam investimentos em recursos humanos. O que falta é melhorar o atendimento.



Deputado Dalmo, para termos uma noção, na nossa região hoje não conseguimos prestar atendimento ao politraumatizado. A pessoa que sofre um acidente, que precisa de atendimento, quer oftalmológico, quer ortopédico, quer de cirurgia de trauma, quer de cirurgia torácica, quer de grandes queimados, não consegue ser atendida na região das Vertentes. A nossa macro não consegue atender adequadamente esse cidadão. Ele tem de ser encaminhado ou à Macro-Centro da nossa capital ou à Macro-Sudeste, em Juiz de Fora. E isso se deve a políticas públicas feitas ao longo dos anos atrofiando a nossa Macro-Sul, que responde pela região das Vertentes, e hipervalorizando a Macro-Sudeste, da região de Juiz de Fora, e a Macro-Centro, de Belo Horizonte. E não podemos coadunar com essa questão. Assim, estamos providenciando um requerimento na Comissão de Saúde para discutirmos essa situação, para que a Macro-Sul da saúde, que responde por minha região, a região das Vertentes, seja discutida exaustivamente nesta Casa, para buscarmos soluções para, pelo menos, amenizar esse problema.

Para termos uma noção – em seguida vou conceder aparte ao deputado Dalmo e ao nosso líder de governo, deputado Durval –, como eu disse, hoje o índice de mortalidade está acima da média do Estado, e isso se deve à falta de políticas públicas que não foram feitas. No nosso microterritório, hoje cidade-polo Lafaiete, não há leitos em UTI neonatal. Há carência de leitos de UTI. Há para todos, para adultos, pediatria, mas, quanto à questão neonatal, não existe. Existem poucos leitos.

Quanto a politraumatizados, não se consegue fazer uma cirurgia ortopédica de alta complexidade na região das Vertentes, na nossa Macro-Sul, não se faz. Se for necessária uma cirurgia de quadril, a pessoa terá de ser encaminhada a outra região. É a situação, infelizmente, lastimável que nossa macro está vivenciando.

Tenho certeza de que o governador, sensibilizado com essa causa, vai olhar com mais carinho para essa região – aliás, o nosso governador é majoritário lá – e atender essas demandas que estão aí, porque sabemos que a saúde não pode esperar.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, deputado Glaycon Franco. Estou ouvindo atentamente a manifestação de V. Exa. Na verdade, a preocupação não é somente a sua região. Quero falar do sentimento, da preocupação maior do nosso Sul de Minas, que também está vivendo as mesmas situações que V. Exa. aqui expõe. Particularmente vou ao caso: estamos vivendo uma das situações mais sérias e desconfortáveis possíveis em Pouso Alegre, sede da macrorregião. Em relação ao nosso Hospital das Clínicas Samuel Libânio, que congrega mais de 70 municípios que hoje fazem polo no citado município, temos tido as maiores dificuldades quanto ao atendimento.

V. Exa. se manifestou sobre a audiência pública. Já estivemos em Pouso Alegre, sob a presidência do deputado Arlen Santiago, e com nosso secretário, deputado Antônio Jorge, participando ativamente em busca de soluções junto à secretaria e ao governo de Estado. Então, na mesma esteira de preocupação que V. Exa. traz para cá, também quero trazer do Sul de Minas.

Estamos vivendo um caos na saúde. Hoje o município assumiu a alta gestão, e temos uma dificuldade muito grande de internação e de cirurgias de pequena, média e maior complexidade. Então, também quero aproveitar, com esse mesmo sentimento, essa mesma preocupação, e dizer que o Sul de Minas está aguardando efetivamente um olhar em favor da nossa saúde. Muito obrigado.

O deputado Glaycon Franco\* – Obrigado pelo aparte, deputado Dalmo. Só gostaria de retificar que mencionei a Macro-Sul, deputado Dalmo, mas a nossa macro é Centro-Sul. A de V. Exa. é que é a Macro-Sul.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Deputado Glaycon Franco, é um tema importante que V. Exa. traz para ser debatido aqui. Como médico militante e preocupado com a saúde, V. Exa. traz essas questões a esta Casa. É muito importante quando V. Exa. diz que é uma situação que se arrasta por anos e décadas. Fica parecendo que não tivemos, nos últimos 12 anos, governo na área da saúde.

Trago uma notícia: o governo retomou a obra do hospital de Governador Valadares, que será concluída no primeiro trimestre do ano que vem. Também foi retomada a obra do hospital regional de Teófilo Otôni para ser concluída no final de 2016. É uma obra que implica mais de 650 leitos e beneficia os vales esquecidos, 170 cidades. Essas 170 cidades significam mais de 40% do atendimento de urgência e emergência na região metropolitana. Então acho que vamos ter uma situação que vai permitir que Belo Horizonte assuma atendimento das Vertentes ou da Centro-Sul na urgência e emergência. Hoje temos um governo que tem um olhar para a saúde e que vai se preocupar realmente com isso.

Mas me assusto quando o deputado Dalmo Ribeiro Silva faz uso da palavra registrando a mesma questão de Pouso Alegre. O deputado já está aqui no seu quarto mandato, teve um papel importante nos últimos 12 anos e mostra como essa situação também se arrasta no Sul de Minas. Não esperávamos essa situação, então estamos atentos a isso. Vamos encaminhar à Secretaria de Saúde e ao governo Pimentel essas preocupações com o objetivo de que este governo venha a resolver o problema, consertar o Estado. Certamente não vai se eximir de tratar essa questão da saúde.

O deputado Glaycon Franco\* – Obrigado, deputado Durval Ângelo.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)\* – Deputado Glaycon Franco, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela intervenção muito oportuna. Peço licença a V. Exa. para fazer uma intervenção que talvez seja bastante genérica, provocada pela vossa fala, para chamar a atenção de todos os nossos pares para o fato de que, na saúde, a despeito das nossas diferenças, que são muito próprias do Parlamento, do contraditório, das visões de mundo, das visões de estado, dos papéis dos partidos, precisamos ter muita serenidade, porque o SUS de Minas Gerais, assim como o SUS nacional, não é deste ou daquele governo. Pelo fato de ter sido gestor, a despeito de estar há quase dois anos fora da gestão, tenho muito conforto de ter por obrigação o conhecimento de causa – obrigação, não mérito – de muitas questões da saúde.

Em relação à Macro-Sul, a primeira questão é a territorialização do Estado, essa proposta do governador Pimentel e sua equipe. Chamo a atenção de todos para o fato de que a territorialização que o Estado adota é a territorialização da saúde. As micro e macrorregiões e os polos são o PDR, o plano diretor da saúde. Isso é mérito da saúde. Mas esse mérito não foi do governo passado; ele é da saúde, do SUS de Minas Gerais, que estudou, talvez com maior profundidade que todas as outras instâncias de políticas setoriais, a questão da territorialização.

Peço a V. Exa. um segundo para concluir quanto à questão específica da Macro-Sul. Sabe por que talvez haverá um desafogo da região metropolitana, com a inauguração, em breve, do hospital de Teófilo Otôni e de Valadares? Quero fazer esse posicionamento



perante o nosso líder do governo aqui presente. O governo Pimentel concluirá esse hospital em meados do próximo ano porque o iniciamos. É preciso uma visão republicana.

Queria muito salientar que há um acúmulo republicano na saúde. Diferenças aqui, acolá, há um acúmulo, e as coisas que estão acontecendo hoje se devem ao passado também, e o passado do governo passado se deve ao passado também. É preciso ter essa serenidade e encarar esse acúmulo da saúde. Fico muito feliz que iremos lá. O hospital de Lafaiete é um acúmulo de erros na gestão, mas será concluído agora, porque ele existe e seu projeto estava correto.

O deputado Glaycon Franco\* – Obrigado, deputado Antônio Jorge. Só para concluir, presidente. Então faremos esta audiência pública, trazendo esse tema à baila. Discutiremos aqui a nossa Macro Centro-Sul, para que possamos resolver esses sérios problemas que a saúde da nossa região vem enfrentando. A população da minha querida região das Vertentes não pode mais esperar. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva\* – Sr. Presidente, nobres colegas deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, caro líder, deputado Durval Ângelo, são dois assuntos que me conduzem hoje a esta tribuna e que julgo de extrema importância em relação à região do Baixo Vale do Triângulo Mineiro. O primeiro diz respeito à questão do Hospital Municipal Frei Gabriel, em Frutal – um hospital que hoje atende de fato toda a região do Baixo Vale, compreendendo cerca de 11 municípios, com uma população estimada em mais de duzentos mil habitantes. Esse hospital é custeado integralmente pelo poder público municipal, mais os recursos do SUS, que dispensa aqui maiores comentários. Nós, da Assembleia Legislativa de Minas, temos enfrentado a defasagem da tabela SUS, a questão dos procedimentos, uma série de problemas enfrentados hoje pelo Sistema Único de Saúde. Esse hospital municipal na cidade de Frutal tem hoje um gasto do município que supera R\$1.000.000,00, atendendo não só aquela cidade. Como disse aqui, há pouco, trata de toda a região do Baixo Vale do Triângulo Mineiro.

Já levamos esse assunto ao secretário de Saúde, que recebeu muito bem a ideia da regionalização do Hospital Frei Gabriel, a fim de que haja uma ampliação dos serviços médicos, passando do atendimento de baixa complexidade, do atendimento corriqueiro, da questão de urgência e emergência para, principalmente, o atendimento de média complexidade. Com isso conseguiremos fazer com que a população, que já não tem mais como referência a cidade de Uberaba, não tenha de se deslocar das cidades de Itapagipe, Fronteira, Comendador Gomes, Pirajuba e Planura para receber atendimento médico em Uberaba, pois isso é totalmente inviável. Como se não bastasse a inviabilidade territorial, a distância, a complicação de deslocamento, temos também um complicador maior: o excesso de demanda que sobrecarrega o Hospital das Clínicas em Uberaba. O próprio Hospital Regional de Uberaba, que está prestes a ser concluído e em funcionamento, terá o seu atendimento comprometido se não buscarmos uma alternativa para desafogar aquela cidade. Então, se o Hospital Frei Gabriel passar a ser um hospital, reconhecidamente, de fato e de direito, regional, tendo a participação do Estado como coparceiro no financiamento desse atendimento, vamos, com toda a certeza, desafogar a saúde pública em Uberaba, teremos melhor atendimento na região do Baixo Vale e, com certeza, melhor atendimento também em Uberaba. Acho que esse é o caminho, deputado Doutor Jean Freire. Não estamos falando de novas estruturas, de novas construções, de ampliação de estrutura física, porque lá já existe uma boa estrutura de atendimento. O que precisamos é ter um parceiro como o Estado de Minas Gerais no financiamento da saúde pública daquela região; ter novos serviços de atendimento de saúde pública no Hospital Frei Gabriel.

Outro assunto que nos faz ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa hoje é a procura da desvinculação regional do Baixo Vale em termos de referência com a cidade de Uberaba. Temos já criada, há muito tempo, a Superintendência Regional de Ensino em Frutal. Contudo, essa superintendência nunca foi instalada. Há muito tempo que, por lei, consta da estrutura da Secretaria de Educação a criação da Superintendência Regional de Ensino em Frutal. Da mesma forma, a ausência dessa superintendência causa, hoje, um transtorno muito grande. Para se ter ideia, um professor que deseja ser atendido por um serviço da Superintendência Regional de Ensino em Uberaba tem de se deslocar, por exemplo, de Carneirinhos, e andar quase trezentos quilômetros. Isso não faz mais sentido.

Sabemos que o nosso governador Fernando Pimentel tem entre suas propostas a regionalização dos serviços. Ou seja, colocar os serviços públicos mais próximos daqueles que precisam e demandam por atendimento. Vale lembrar que já iniciamos uma discussão com o deputado Rogério Correia até para uma reformulação dessa proposta da superintendência regional de ensino. Sabemos das dificuldades que enfrenta o poder público com a falta de recursos e a falta de pessoal. Então, estamos propondo e levando uma discussão à Secretaria de Educação, com o deputado Rogério Correia, para que possamos criar os postos avançados de atendimento em educação, a fim de termos uma estrutura mais enxuta, resumida, não essa grande estrutura que têm, hoje, as superintendências regionais de educação. O que queremos, na verdade, é o atendimento, que os serviços sejam prestados mais próximo dos cidadãos em nossa Minas Gerais.

Hoje, um professor, para sair de Carneirinho e ir a Uberaba resolver um problema de certidão, de contagem de tempo ou de juntada de um atestado médico, muitas vezes, tem de sair à noite, viajar durante toda a noite, bater e voltar em Uberaba para dar aula no outro dia, porque a distância é longa e complicada, e o setor de educação do Baixo Vale não merece mais a situação em que se encontra a nossa região.

Então, hoje, quero trazer e compartilhar com os colegas essas duas iniciativas, que já estão sendo encaminhadas tanto na Secretaria de Estado de Saúde, que é a regionalização do Hospital Frei Gabriel, quanto na Secretaria de Estado de Educação, para que possamos discutir a viabilidade de ter os postos avançados de atendimento em educação na região do Baixo Vale, com o atual atendimento que se faz na Superintendência de Ensino na cidade de Uberaba.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Muito obrigado, Arnaldo, pelo aparte. Gostaria, inicialmente, de parabenizar V. Exa. pelas questões da saúde e pela preocupação com a sua cidade, Frutal. Gostaria também de deixar um convite a todos os membros desta Casa para um fórum que estamos organizando no próximo mês, dias 14 e 15 de setembro, para tratar das questões da judicialização da saúde.



Hoje, todos nós somos testemunhas, como médicos ou como usuários do SUS, das dificuldades e das mazelas enfrentadas pelas pessoas na saúde, principalmente quanto a internações e leitos de UTI. Como hoje falta um atendimento de qualidade na saúde, muitas vezes as questões judiciais acabam criando, no fórum, uma porta de entrada num serviço, num atendimento, às vezes, até mesmo de urgência, no SUS.

Há uma proposta recente do governo federal para impedir que juízes interfiram nessas questões da saúde, o que acho que também é um grande erro, porque, hoje, a judicialização da saúde, apesar de não precisar crescer exponencialmente como tem crescido, em muitas questões é necessária e, às vezes, acaba salvando a vida de inúmeros pacientes.

Nesta manhã, vimos uma reportagem que mostrou uma pessoa que precisava de uma UTI neurocirúrgica, mas não havia vaga em nenhum dos hospitais. Só através de um pedido judicial, de uma intervenção de um juiz, o paciente foi transferido, a cirurgia foi feita, e ele foi salvo. Então, acho que a questão da judicialização da saúde é um fenômeno não só no Brasil, mas em todo o País, onde há um sistema único público de atendimento à saúde. A judicialização ainda é muito útil. É claro que temos que discutir alguns aspectos da judicialização. Portanto, estamos propondo esse fórum, pois a judicialização da saúde também carece de algum aperfeiçoamento.

Então, gostaria de convidar todos para participar desse fórum, que será realizado nos dias 14 e 15 de setembro, nesta Assembleia Legislativa. Muito obrigado, Arnaldo.

O deputado Arnaldo Silva\* – Eu é que agradeço a intervenção, deputado Doutor Wilson. Queria parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo aqui, na Assembleia, principalmente no que diz respeito às questões de saúde. V. Exa. pontua, agora, um assunto que é de extrema relevância: a questão da judicialização da saúde.

Como advogado na área de direito público, militei, por mais de 15 anos, em vários municípios, principalmente os do Triângulo Mineiro, e acompanhei de perto tanto essa situação de exigência da intervenção do Poder Judiciário – para que se dê o devido atendimento às questões da saúde – quanto, por outro lado, as dificuldades que os municípios enfrentam, principalmente nas questões de planejamento, orçamento e financeiro – para que possam arcar com essas decisões judiciais que determinam o atendimento imediato em questões de alta complexidade, com valores elevados de custeio da saúde pública. Parabéns pela iniciativa. Iremos participar com V. Exa. desse debate.

Para finalizar, quero aproveitar esta oportunidade para registrar a presença dos servidores do Judiciário hoje na Assembleia. Já tive oportunidade, junto ao Wagner, de manifestar o meu incondicional apoio nessa caminhada, principalmente em relação à anistia.

Primeiro, porque já tivemos nesta Casa oportunidade de votar, no âmbito da educação, no acordo que foi feito da educação, justamente um item que atende a questão da anistia. Até por simples questão de isonomia das carreiras do Estado, é mais que justo que a Assembleia atenda também essa reivindicação, que nada mais é que o reconhecimento de um direito constitucional: o exercício do direito de greve.

Da mesma forma, há o caso dos outros itens. Já manifestei meu apoio quanto a essa questão. Tenho certeza de que a Assembleia, como tem sido no tocante a outros temas, terá sensibilidade suficiente para atender essa demanda, que é louvável. Sou advogado, sempre precisei muito e contei com o apoio dos servidores do Poder Judiciário, que trabalham, e muito, que não ficam ali trancados nos gabinetes simplesmente para atender determinadas situações, como é o caso, muitas vezes, dos magistrados. Vemos aqui os servidores, essenciais à realização e à distribuição da justiça no nosso estado.

A deputada Marília Campos (em aparte) – Cumprimento-o por seu pronunciamento, que defende a regionalização da saúde, a descentralização e o fortalecimento da saúde pública em nosso estado. É seu compromisso e, acredito, de todos os deputados e deputadas desta Casa.

Nesta oportunidade, deputado, aproveito sua intervenção manifestando apoio à reivindicação dos trabalhadores e do sindicato em apoio ao Projeto de Lei nº 106/2015. Também me manifesto favorável a esse projeto. Numa reunião desta Casa, foi formada uma comissão de deputados com o compromisso de discutir com o presidente do Tribunal de Justiça as reivindicações, que são democráticas. Tenho certeza de que zelar por isso é compromisso desta Casa. Estamos comprometidos em discutir com o presidente do Tribunal de Justiça para que ocorra essa anistia, inclusive num processo de negociação. Parabéns, deputado.

O deputado Arnaldo Silva\* – Agradeço a intervenção da deputada Marília, parlamentar que tem um histórico brilhante de luta em defesa dos trabalhadores. Não tenho dúvida quanto ao posicionamento de V. Exa. na questão dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Presidente, agradeço a oportunidade, assim como todos os nobres deputados. É com muita alegria que estamos na Assembleia acompanhando de perto os intensos trabalhos e a dedicação de cada um dos deputados do Legislativo mineiro. Muito obrigado a todos.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, caros colegas, deputados e deputadas aqui presentes, visitantes, telespectadores, depois desta bela fala do deputado Arnaldo Silva, eu não poderia deixar de falar um pouco da saúde. Primeiro quero parabenizar por estar nesta frente o Glaycon, que falou tão bem aqui sobre a saúde. Como servidor da saúde, na posição de médico, também não poderia deixar de tecer alguns comentários. Parabéns pela fala de vocês.

Acima de tudo, acho que temos de trazer este compromisso, desprovido de siglas partidárias, como venho sempre colocando. O nosso lema, o nosso compromisso é a saúde. No Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri também sofremos muito com as cirurgias eletivas. Vemos as dificuldades dos pacientes que vêm dessa região, do interior, para tratarem na capital. Ao ver essa frente parlamentar e essa comissão desenvolver tal trabalho, informo que podem contar com este deputado, principalmente quando vierem desprovidos de siglas partidárias. Os problemas não começaram agora, mas muito antes. Essas questões não serão resolvidas em 6 meses. O primeiro passo foi dado.

Acho que o primeiro passo foi dado: a regionalização do nosso governo ouvindo as pessoas, indo aonde os problemas estão. Tive oportunidade de, nos últimos dias, participar de fórum na cidade de Diamantina, Alto Jequitinhonha. Estar lá ouvindo as pessoas, sem sombra de dúvida, é o primeiro passo.



Quero dar as boas-vindas aos servidores do Judiciário. Tenham certeza de que podem contar com este deputado na causa de vocês. Parabéns pela belíssima luta, dela sou prova. Tenho recebido a visita de alguns de vocês, que têm persistido. Parabéns, é assim que se faz.

Sr. Presidente, na década de 1960, perto de 1968, nosso grande poeta Geraldo Vandré fez uma música belíssima: *Pra não dizer que não falei das flores*, que se tornou um verdadeiro hino de resistência à ditadura militar, um hino dos movimentos sociais, dos estudantes. O que tem isso a ver com minha fala de hoje? É que quero falar de manifestação, uma manifestação belíssima que aconteceu na semana passada. Tive o prazer, a felicidade de estar presente a essa manifestação. Alguns podem estar perguntando: que manifestação é essa? Uma verdadeira manifestação democrática. Ela não falava de golpe, Sr. Presidente. Era uma manifestação pela democracia, realmente.

Na década de 1980, foi assassinada brutalmente, na frente do seu esposo, na frente do seu filho, uma trabalhadora rural, Margarida Maria Alves, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Foi assassinada como muitos já foram neste país, por defender os trabalhadores rurais. A causa dela, entre outras, era defender que suas carteiras fossem assinadas, oito horas de trabalho por dia, o 13º salário para os trabalhadores rurais. Ela era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, e foi, de maneira brutal, assassinada.

Eles só esqueceram que, como o nome Margarida lembra flor, ela era, na verdade, uma semente. Na semana passada, deputada Marília, eu tive a felicidade imensa de estar na manifestação Marcha das Margaridas, criada no ano de 2000 em homenagem a essa trabalhadora, em homenagem aos trabalhadores rurais, e que já está na quinta edição. Houve em 2000, 2003, 2007, 2011 e agora.

O que vão essas mulheres fazer em Brasília? A marcha se iniciou no dia 11. Esteve presente o presidente Lula na abertura e, no fechamento, a presidenta Dilma.

Neste final de semana, ao retornar à minha região, ao Vale do Jequitinhonha, ao ligar no domingo a televisão, vi a reportagem sobre a Marcha das Margaridas. Ela dizia que 35 mil mulheres estiveram presentes na manifestação reivindicando maior atenção do governo federal ao homem e à mulher do campo. Elas reivindicaram isso, é verdade, reivindicaram, mas a pauta é muito mais extensa e vai além disso. Fico muito feliz, tive a oportunidade de estar lá e presenciar isso. Vejo às vezes nas imagens da televisão que não mostraram determinadas faixas, como fizeram no último domingo. Lá não havia faixas feitas em grande escala numa gráfica para serem distribuídas pelo País, como a gente presencia às vezes, uma mesma faixa numa manifestação e a mesma faixa em outra manifestação.

Lá havia, sim, ideias de homens e mulheres, jovens, idosos, brancos e negros – não apenas uma classe – e várias reivindicações. Querido deputado Rogério Correia, que também chegou lá e teve a felicidade de participar da marcha, havia ideias de todo o País naquele movimento, mas as mulheres que ali estavam defendiam sobretudo a democracia. Vi tantas faixas mostrando isso, dizendo “não” a um golpe! Cito a letra da música de Geraldo Vandré: *Pra não dizer que não falei das flores*. A minha fala hoje é para não dizer que não falei das margaridas, que também são flores. A marcha não teve o espaço merecido nas redes de comunicação, nos jornais. Então, venho aqui hoje para não dizerem que não falei das margaridas.

A deputada Marília Campos (em aparte) – Deputado Doutor Jean, o senhor fala de uma história de luta, de violência contra os trabalhadores do campo. Hoje, esta deputada e o deputado Rogério Correia participaram da primeira reunião da câmara de negociação instaurada pelo governo Pimentel e, coincidentemente, ocorreu hoje também a primeira reunião com o MST. Tive uma impressão bastante positiva, porque vejo o governo Pimentel democratizar, descentralizar, regionalizar o seu governo e apostar num clima de diálogo e negociação. O que a câmara de diálogo fará para resolver os problemas urbanos e agrários é negociar. Com muito orgulho, estou representando a Assembleia Legislativa nessa câmara.

No seu pronunciamento, quando V. Exa. citou a grande Marcha das Margaridas, ocorreu-me que, em Minas, teremos muitos avanços a partir de agora nos conflitos rurais. A expectativa é dialogar e fazer negociação permanente com os movimentos rurais que acontecem no nosso Estado de Minas Gerais.

No meu pronunciamento anterior, deputado, disse aos trabalhadores do Judiciário que estão aqui hoje que estamos empenhados em ajudar no processo de negociação com o Tribunal de Justiça. O deputado Rogério Correia convidou-me para fazer parte da comissão que participará de uma reunião agora com o presidente do Tribunal de Justiça com o objetivo de discutir as reivindicações sobre a anistia dos movimentos grevistas dos trabalhadores do Judiciário. A nossa expectativa é que haja avanços nessa reunião com o Tribunal de Justiça, respeitando o direito de greve dos trabalhadores. Obrigada pela concessão do aparte, deputado.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado.

O deputado Durval Ângelo (em aparte) – Deputado Doutor Jean Freire, acho importante trazer esse assunto da Marcha das Margaridas. Na semana passada, ocorreu uma triste manifestação aqui quando um deputado criticou essa marcha. Naquele momento, disse que conheci Margarida Alves quando atuava na Comissão Pastoral da Terra. Ela foi barbaramente assassinada na Paraíba, em Campina Grande, há 32 anos, porque teve a ousadia de organizar um sindicato de trabalhadores rurais, presidi-lo e lutar pelos direitos humanos em plena ditadura militar.

Foi assassinada porque tinha a coragem de dizer que era preferível morrer à bala a morrer de fome. Fome é coisa do passado no Nordeste e no Brasil graças aos governos Lula e Dilma.

Então, acho que é importante fazermos aqui até um ato de desagravo. V. Exa. esteve na Marcha das Margaridas. Lá estavam mulheres pobres, de luta, com força e que já conquistaram muitas coisas. Foi graças a uma Marcha das Margaridas que a titular da terra pode ser a mulher. Foi de uma Marcha das Margaridas que os Pronafs passaram a ser também publicados em nome das mulheres. Foi de uma Marcha das Margaridas que – lembrem-se dos 32 anos de assassinato – se permitiu uma grande campanha nacional de sindicalização e de carteira de trabalho para as mulheres do campo. Assim, considero importante isso.

Falando em luta, estarei com o presidente da Assembleia, com o deputado Rogério Correia – e feliz de saber que a deputada Marília também estará – tentando negociar com o presidente do Tribunal de Justiça uma solução para a questão dos movimentos grevistas da



justiça, partindo do princípio de que não se deve criminalizar esses movimentos. O grande trunfo do governo Lula foi trazer para a realidade brasileira a não criminalização de movimentos sociais, a não criminalização de movimentos que lutam por justiça.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, agradeço a fala do deputado Durval, com quem tanto tenho aprendido. Isso que ele disse seria o encerramento da minha fala.

É dessas verdadeiras manifestações que surgiram várias ideias. Em todas as marchas são entregues reivindicações, uma carta, no início ao presidente Lula, e agora à presidenta Dilma. Foi daí, dessa luta, dessa verdadeira manifestação que várias conquistas, como disse o deputado Durval, surgiram: a partir dessas margaridas.

Voltei de Brasília realmente com muita energia dada por essas mulheres. Tinha de ser a partir delas. O encerramento foi feito pela nossa presidenta Dilma. Isso os jornais não mostraram. Gostaria de parabenizar todas, cada uma dessas mulheres que saíram dos seus lares para estar em Brasília. Infelizmente, Sr. Presidente, lá perdemos mais duas margaridas. Duas mulheres faleceram por problema de saúde naquele momento, não durante a caminhada, mas deixaram as suas marcas e serão novas sementes na luta por mais justiça e em defesa da democracia.

Queria, sobretudo, parabenizar as mulheres mineiras, especialmente as dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Norte de Minas e do Rio Doce.

Concluo com uma frase enunciada pelo deputado Durval, uma frase da nossa querida Margarida Alves: “Prefiro morrer lutando a morrer de fome”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Isauro Calais – Presidente, deputadas e deputados, funcionários da Casa, público presente, amigos telespectadores da TV Assembleia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de ir para a Defensoria Pública, fui servidor da Justiça por quatro anos. Anistia já e que se cumpra a lei do piso!

Não poderia, como servidor da Justiça que fui, de 1984 a 1988, deixar de estar ao lado de vocês. Mesmo que não fosse, estaria ao lado de vocês porque o direito de greve, de lutar por melhores salários e condições de trabalho é justiça, é justo. Contem com meu apoio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou muito preocupado com a Zona da Mata. Chamo a atenção do deputado Durval Ângelo. Pedi a ele e ao Rogério que ficassem para ouvir minha fala. Recebi um telegrama do prefeito Fernando Lúcio Ferreira, de Além Paraíba: (- Lê:) “O prefeito de Além Paraíba vem à presença de V. Exa. em seu nome pessoal e dos além-paraibanos para pleitear sua ajuda para que seja revogada a Resolução nº 4.800, que afeta o mercado atacadista da nossa terra. A empresa Zamboni, com mil funcionários, está indo embora para o Estado do Rio de Janeiro”.

O prefeito Amaury de Sá Ferreira, de Santo Antônio do Aventureiro: (- Lê:) “Em consequência dos abusivos impostos que as empresas mineiras vêm enfrentando, a empresa Zamboni Atacadista está se transferindo para o Estado do Rio de Janeiro”.

O jornal de Além Paraíba: (- Lê:) “A empresa Zamboni Distribuidora de Alimentos em comunicado ao povo de Além Paraíba. 'O governo de Minas Gerais, por intermédio de seu secretário da Fazenda, publicou a Resolução nº 4.400 e revogou o regime tributário, que favorecia as empresas atacadistas do Estado de Minas Gerais. Não estamos encontrando saída para a inevitável transferência de nossas atividades para o Rio de Janeiro”.

Deputado Durval Ângelo, Srs. Deputados, no jornal deste mês saiu: (- Lê:) “O governo de Minas vai reduzir a alíquota do imposto sobre a circulação de mercadoria e prestação de serviço de 3% para 2% na indústria de calçados de Nova Serrana”.

Nosso gabinete participou de audiência pública em Além Paraíba. Uma cidade daquele porte, deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, não pode perder mil postos de trabalho. Uma cidade como Santo Antônio do Aventureiro não pode perder 150 postos de trabalho. O governador se reuniu com a Frente Parlamentar em Defesa da Zona da Mata. Havia nove deputados com o governador. Ele baixou um decreto instituindo uma comissão para que, em 90 dias, se defina um posicionamento em relação ao ICMS da Zona da Mata. Estou falando especialmente da Zona da Mata.

O governo Pezão, do Rio de Janeiro, com a Lei Rosinha, saiu de um patamar de 15% a 20% de cidades e foi para 55% das cidades. A Lei Rosinha deu condições de atrair empresas e indústrias para as cidades em virtude do percentual de 2% de ICMS. Isso é desumano, isso é inconcebível. Quando se cria uma comissão para que em 90 dias se dê um parecer para a Zona da Mata... *Data venia*, a Zamboni vai embora amanhã, portanto não podemos esperar. Cobro do governo do PT, do governo que estou apoiando aqui, do governo que tem Toninho Andrada, presidente do PMDB, que estamos apoiando. Por acreditar em Pimentel, por acreditar em Toninho Andrada, estamos aqui na base do governo. Nós os apoiamos na campanha e estamos aqui, na base do governo. Queremos com urgência, deputado Durval – que seja para amanhã –, um decreto lá para Além Paraíba, pois não podemos dar de bandeja ao Estado do Rio 1.200 empregos, dar de bandeja ao Estado do Rio os nossos empregos, as nossas rendas, fazendo com que a Zona da Mata seja daqui a pouco uma região de aposentados e de estudantes.

É isso que nós não queremos. Do primeiro dia de janeiro ao último dia de julho, perdemos 552 empresas em Juiz de Fora. Fecharam-se 552 empresas. Na Zona da Mata foram mais de mil empresas fechadas. Então, o que fazer? Dar a devida atenção à Zona da Mata, aos trabalhadores da Zona da Mata. Se o PT prega, realmente, que defende o emprego, que defende o trabalhador, está na hora de o governador Pimentel fazer um decreto para a Zona da Mata e, se possível, para Além Paraíba, amanhã, para impedir que esses postos de trabalho vão para o Rio de Janeiro. Aí, sim, estaremos defendendo, de fato, o trabalhador. Estaremos defendendo, de fato, o emprego para a Zona da Mata. Do contrário, como eu disse, vamos ter uma região de aposentados e de estudantes. É isso que está acontecendo na minha terra e na Zona da Mata. Conversando com o deputado Bráulio, assim que chegamos a este Plenário, ele disse: “Estou preocupado com a Zona da Mata. Não podemos esperar”. Não podemos esperar, deputado Doutor Wilson Batista. Não podemos esperar nem mais um dia para essa solução, para que continue a cobrança de ICMS injusta no Rio de Janeiro em relação à Zona da Mata. Minas está com os braços cruzados. Minas está dormindo, deixando as empresas irem embora.

O decreto de 2009, do então governador Aécio Neves, pouco adiantou, mas fez com que a Zona da Mata recebesse algumas indústrias, uma meia dúzia, umas 10, 20 indústrias. Mas não queremos só esse decreto. Queremos um decreto para todas as empresas da Zona da Mata, para que as nossas, que estão lá há muitos anos, trabalhando e gerando emprego, gerando impostos, gerando desenvolvimento na Zona da Mata, continuem lá.

Recebi hoje um e-mail de um grupo tentando trazer para a Zona da Mata uma indústria farmacêutica de produtos farmacêuticos da Índia, de investimento de mais de duzentos milhões. Por que eles não vêm para a Zona da Mata? Senhores deputados, senhoras deputadas, público presente, amigos telespectadores, eles não vêm para a Zona da Mata porque aqui pagamos 18% de ICMS, enquanto no Estado do Rio de Janeiro o valor é de 2%. Qualquer empresário normal, que não seja doido, vai para o Estado do Rio de Janeiro e vai largar Minas Gerais. Então, é preciso fazer com que possamos competir em igualdade com o Estado do Rio de Janeiro, dar condições as nossas empresas de competir com igualdade com o Estado do Rio de Janeiro.

Então, Durval, eu lhe peço que nos ajude. Rogério, peço que nos ajude. Quem está pedindo é um companheiro, alguém que está na mesma trincheira de vocês, defendendo o governador Pimentel. Então, é justo que se faça um movimento para que possamos segurar na Zona da Mata os nossos empregos, segurar os nossos jovens na Zona da Mata, porque hoje muitos ônibus saem de Juiz de Fora levando jovens para trabalhar em Três Rios, onde as indústrias estão indo, porque é só atravessar a ponte. Queremos segurar empregos para os nossos jovens e renda e prosperidade para a Zona da Mata.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* – Deputado Isauro Calais, quero, em primeiro lugar, concordar com V. Exa. Para mostrar quão grave é o assunto em Além Paraíba, já estão mobilizados, além de V. Exa., os deputados Noraldino Júnior, Doutor Wilson Batista, Cristiano Silveira, Braulio Braz e eu próprio; fora o Triângulo Mineiro. Vários deputados, comandados pelo Professor Neivaldo, têm o mesmo problema no Triângulo Mineiro.

Nesse caso específico da Zamboni, estive com os deputados Noraldino Júnior e Doutor Wilson Batista, que esteve lá representado. Conversamos, deputado Durval, com o Dr. Vizotto, que nos recebeu porque o secretário não pôde nos receber. O Dr. Vizotto nos explicou que, pessoalmente, o secretário está cuidando do caso e que nos daria um retorno no mesmo dia. Isso foi na sexta-feira passada. Então, estamos esperando um retorno específico dessa questão da Zamboni. Também o proprietário explicou muito bem que isso é um processo antigo, deputado Isauro Calais; foi feito um decreto bem antigo, que já tratava desse assunto dos atacadistas. Ele deu toda a explicação.

Por isso quero concordar com você que não há por que postergar, deixar para depois a resolução daqueles setores atacadistas que há muito tempo já estavam no decreto inicial, como é o caso de lá. Então, ele pode, muito bem, com toda a tranquilidade, fazer com que se resolva esse problema em definitivo, enquanto estuda outros que não estavam no decreto inicial e que foram feitos por meio daqueles decretos especiais aqui aprovados – não é o caso desse, que já é, portanto, antigo.

Então, queria ser solidário ao que você falou, concordar e pedir ao nosso líder de governo – pois já organizamos a nossa base e já fomos lá – que marque uma reunião ou que dê de imediato uma resposta ao que V. Exa. pediu.

Para terminar, queria dizer ao pessoal do Tribunal que estou esperançoso de ver uma resposta positiva. Hoje, vocês notaram que todos os deputados têm se colocado favoráveis à questão da anistia. Espero que isso sensibilize também o nosso presidente do Tribunal de Justiça. Parabéns, Isauro!

O deputado Isauro Calais – Sou eu quem agradece o aparte.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)\* – Isauro, gostaria de salientar, pois V. Exa. tem uma preocupação muito pertinente quanto a essa questão, que a Zamboni está em Além Paraíba há mais de quarenta anos, e quase mil pessoas dependem diretamente dessa empresa. O fato de ela ir para o Estado do Rio de Janeiro será um grande desastre para Além Paraíba, porque o governo não só deixará de arrecadar o imposto – no momento pode pensar não ser tanto, mas, com a ida para o Rio de Janeiro, o governo não vai arrecadar nada. Ele vai trocar o que acha pouco por nada, agravando mais ainda a questão do desemprego em Além Paraíba, cidade que tem como única empresa que gera empregos a Zamboni.

Além Paraíba já é uma cidade naturalmente prejudicada por sua topografia e pelas enchentes de 2011, em que o próprio hospital foi destruído em quase sua totalidade. Estamos lutando pela criação de um hospital regional em Além Paraíba, cujo terreno inteiro já foi adequado. Já existe o projeto, já houve o investimento no governo passado em torno de R\$10.000.000,00 para a construção de um grande hospital regional, pois a cidade carece de uma estrutura hospitalar.

Muito obrigado pelo aparte, e vamos todos por essa luta para que a Zamboni permaneça em Além Paraíba.

O deputado Isauro Calais – Sou eu quem agradece o aparte. É uma luta desta Casa, mas principalmente uma luta nossa, dos deputados da Zona da Mata. É importante manter o emprego na Zona da Mata.

Presidente, encerrando, gostaria de me dirigir ao deputado Douglas Melo. Infelizmente, não terei tempo para lhe conceder um aparte, mas gostaria de me dirigir a V. Exa. porque na semana passada eu tentei apartear-lo para corroborar com o que estava dizendo da tribuna. Por que a Via 040 colocou a praça de pedágio antes de Sete Lagoas? A praça de Barbacena tem uma média de 20 a 25 mil veículos por dia. A praça de Itabirito tem uma média de 30 a 35 mil veículos por dia. A praça de Sete Lagoas tem uma média de 40 a 45 mil veículos por dia. Eles reduziram 12km da colocação dessa praça para ter ganho. Eles não estão pensando no benefício nem no bem-estar da população da cidade. Em Barbacena há distritos isolados, separados pela praça de pedágio. Por isso fizeram isso com Sete Lagoas. Cabe a V. Exa. e aos deputados desta Casa brigar para que aquela praça de pedágio saia daquele local, seja colocada depois de Sete Lagoas. É um crime o que fizeram com os cidadãos de Sete Lagoas que trabalham em Belo Horizonte. Conte com meu apoio, deputado. Estarei do seu lado.

Sr. Presidente, deputadas e deputados, público presente, amigos telespectadores, obrigado. Estaremos sempre nesta Casa defendendo o que é direito do cidadão mineiro, que é o emprego, o bem-estar, a saúde. Deputado Glaycon Franco, daqui a pouco vamos colocar a nossa comissão provisória do idoso para funcionar e fazer um belo trabalho para Minas Gerais. Um abraço.

\* – Sem revisão do orador.



A deputada Cristina Corrêa\* – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, declaro meu apoio à anistia. Contem comigo. Estamos juntos nessa luta.

Mas hoje vim a esta tribuna para fazer um protesto contra a situação em que se encontra a saúde em Santa Luzia, meu município. Há dois anos, não nascem crianças em Santa Luzia porque a maternidade está fechada, e, há dois meses, o hospital está com suas atividades interrompidas. Falta boa vontade por parte da administração pública para reativar o hospital. Tenho sido procurada por representantes da irmandade que ajuda na administração do hospital e pela população, que estão insatisfeitos com essa situação. Esse hospital não atende só a nossa cidade, mas também cidades vizinhas como Jabuticatu e outras. Ou seja, o fechamento desse hospital implica que os hospitais de Belo Horizonte assumam esses atendimentos, com todos os problemas decorrentes disso, ainda que sem estrutura para receber tantos pacientes.

Mas para Santa Luzia, uma cidade tão grande, com quase duzentos e cinquenta mil habitantes, não ter um hospital funcionando é uma situação muito complicada e que merece ser olhada com urgência. Esse hospital tem uma história com a cidade e precisa receber um olhar mais atento. A situação se complica ainda mais porque, além de não ter um hospital em funcionamento, nossa cidade não tem Samu, e o PA da Sede está praticamente desativado. Assim, tudo fica concentrado no PA da região de São Benedito. As pessoas que não encontram atendimento precisam ir a Belo Horizonte. Então a situação é realmente complicada, e peço à administração municipal que tenha um olhar mais cuidadoso com a nossa população, que realmente precisa receber atendimento de qualidade.

Mas não estou aqui só para falar de pontos negativos. Quero dizer de um avanço muito importante que conseguimos recentemente. Há muito tempo, a população já vinha se mobilizando em torno da questão do Move, que foi instalado ali em condições muito precárias e indesejáveis para os usuários. Assim, há um bom tempo, a população vem se organizando e se manifestando e, há pouco mais de um mês, realizamos uma audiência pública para tratar dessa questão. O governo do Estado nos atendeu prontamente, e as obras do Move serão retomadas nos próximos dias. Isso prova que esse tem sido um governo que realmente escuta a população e busca trazer melhorias. Também estava parada uma linha de ônibus executivo que faz o trajeto Santa Luzia a Belo Horizonte, o que estava afetando muito os moradores da Sede, que fica a grande distância de Belo Horizonte. Isso também foi alvo de pedidos na audiência, e essa linha já foi reativada. Ou seja, o que se disse na audiência foi realmente ouvido. Aliás, o povo tem sido ouvido, e fico muito feliz em fazer parte de um governo que realmente tem buscado atender às demandas do povo e abrir esse acesso à população, que é algo por que lutamos há tanto tempo.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* – Em primeiro lugar, cumprimento V. Exa. pelo trabalho que vem desempenhando nesta Casa, sempre atenta às questões de Minas e sempre solidária ao nosso trabalho nas mais diversas comissões, sendo atuante não só na Comissão de Cultura, de que a deputada é vice-presidente, mas em todas. Agora há pouco, por exemplo, a deputada participava de reunião na Comissão de Direitos Humanos, também preocupada com os episódios que ocorreram nas manifestações pela tarifa zero e que culminaram no confronto entre a PM e os manifestantes. Tudo isso sem nunca esquecer de Santa Luzia: a deputada está sempre trazendo as pautas e as reivindicações de Santa Luzia para esta Casa, compartilhando as suas angústias conosco. Quero, portanto, parabenizá-la, lembrando que mobilidade urbana é uma das principais reivindicações da região metropolitana, e em Santa Luzia a situação não é diferente. Também ressalto a sua sensibilidade com as questões da saúde. Costumo dizer que, se um dia eu fosse prefeito e minha cidade estivesse com graves problemas na área de saúde, eu deixaria de fazer tudo o mais para cuidar da saúde da comunidade, porque não adianta ter infraestrutura, cultura e outros serviços se a pessoa não tem saúde, que é o que lhe dá condições de usufruir de tudo isso.

V. Exa. faz aqui um apelo à prefeitura municipal, e o faz com propriedade, pois saúde refere-se ao drama humano. Então eu a parabeno pelas conquistas, pela atuação. Tenho certeza de que Santa Luzia, no que depende do seu trabalho aqui, será, a cada dia, uma cidade melhor.

Peço também aparte, deputada Cristina, porque não pude falar enquanto o nosso companheiro Isauro Calais fazia seu pronunciamento, devido ao tempo. Porém eu não podia deixar de registrar, novamente, o que eu já havia feito na semana passada, a preocupação com a Zona da Mata, com essa questão do fim do regime diferenciado da tributação. A Zona da Mata vem sofrendo, deputada Cristina Corrêa, um grande esvaziamento da sua economia. Alguns indicadores de municípios que compõem a região se equiparam ao das regiões mais pobres de Minas Gerais. Porém, aquela já foi uma região muito próspera. Então quero também fazer esse apelo ao governador Fernando Pimentel, ao secretário de Fazenda, Bicalho, que nos informaram que vão estudar caso a caso. Especificamente estamos aqui falando – o deputado Rogério Correia também foi acionado, assim como o deputado Isauro Calais e demais deputados que compõem a Frente Parlamentar da Zona da Mata – da nossa preocupação com a empresa atacadista Zamboni, a maior empregadora da região de Além Paraíba, há muitos anos ali presente e uma grande recolhadora de tributo para o Estado de Minas Gerais, que está a ponto de optar por ir para o Estado do Rio de Janeiro, por não conseguir essa solução.

Já solicitei reunião ao secretário Bicalho, para que nos receba, que receba os empresários, para fazerem suas considerações. É claro que o governo, quando toma essas medidas, é porque ele sabe que nem todo mundo precisa ser beneficiado ou faz jus ao benefício. Nós queremos discutir o caso da Zamboni, mas é preciso que sejamos recebidos, já que o nosso prazo está acabando.

Então quero corroborar com os deputados que compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Zona da Mata, especificamente da população de Além Paraíba, pelo problema que estamos vivendo. Obrigado, novamente, pela oportunidade. V. Exa. está sempre atenta a Santa Luzia, parabéns.

A deputada Cristina Corrêa\* – Obrigada, deputado.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) – Obrigada, deputada Cristina. Eu também queria parabenizá-la pelo trabalho que vem realizando. É uma grande companheira, sempre atenta também a nossas necessidades. Sempre que a procuramos está pronta a nos atender. Estive com V. Exa. também em uma audiência pública em Santa Luzia. Tive o prazer de conhecer a sua cidade e sei da preocupação de V. Exa. em relação à Santa Luzia.

Eu gostaria também, deputada, de fazer coro com os deputados Isauro Calais e Cristiano. Já utilizei a tribuna para falar desse problema da tributação. Na cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, o principal setor econômico é o atacadista. O Cristiano



deixou claro quem faz jus ao benefício. Então essa discussão deve ser feita, e será feita, com certeza, com seriedade e com responsabilidade. Nós também estivemos em contato com o subsecretário Vizzotto, que nos retornou a ligação dizendo que esse assunto está sendo tratado diretamente pelo secretário, que se comprometeu a reunir-se com os empresários. Esse é um problema que afeta a Zona da Mata, o Triângulo Mineiro, assim como outras cidades que, aliás, citei na minha fala anterior, como Contagem e Betim. Enfim, com certeza, o governo, sabendo dessa realidade e da seriedade que é esse tema, olhará com carinho a questão.

V. Exa. mesmo disse aqui, há pouco, dessa disposição do governo de dialogar. O governo tem dialogado e, com certeza, nós, deputados nos reuniremos com o governo, com esses empresários e apresentaremos essa pauta ao governo para que encontremos uma solução que não prejudique o nosso estado. E que o governo tenha condições também de ter impostos recolhidos para que possa beneficiar a nossa população.

V. Exa. falou há pouco sobre a saúde. Nós precisamos de tributos para investir em saúde, em educação, mas nós também temos de nos preocupar com esse setor, para que não haja desemprego em nossas cidades.

Também, deputada, gostaria de rapidamente dizer e até fazer uma alerta à cidade de Patos de Minas e região: amanhã não acontecerá o fórum regional na cidade de Patos de Minas, pois foi adiado. Mas em Uberlândia estamos esperando – não só Uberlândia, mas toda a região, o Triângulo Sul está esperando – termos o fórum regional no dia 26, em Uberlândia, e, no dia 29, em Uberaba. A região de Patos de Minas aguarda também uma data rápida para fazer o fórum regional, no qual o próprio governador Fernando Pimentel procura estar presente, dialogar com a população, assim como o seu secretariado. A população aguarda esse momento para apresentar as suas reivindicações e, ao mesmo tempo, ouvir o anúncio do nosso governador sobre as melhorias da região.

Já sabemos que Uberlândia será uma das cinco primeiras cidades a receber o Minas Digital. Isso foi anunciado pelo nosso secretário quando eu e o prefeito Gilmar Machado estivemos com Miguel Corrêa, secretário de Ciência e Tecnologia. Portanto, Uberlândia será beneficiada. Aguardamos isso ansiosamente. Com certeza também serão anunciadas melhorias em várias escolas estaduais de Uberlândia e região, entre outras melhorias, das quais aguardamos o anúncio do nosso governador Fernando Pimentel.

Então, em Uberlândia, dia 26, fórum regional; em Uberaba, dia 29, também fórum regional; e em Patos de Minas foi adiado o que seria amanhã. Aguardaremos uma próxima data. Agradeço seu aparte.

A deputada Cristina Corrêa\* – Agradeço sua fala e seu apoio, deputado Professor Neivaldo. Só queria reforçar dados sobre a saúde em Santa Luzia. Como falei, tivemos lá uma audiência pública, há pouco mais de um mês, para discutir o Move. As reivindicações da população foram atendidas, as atividades e obras do Move estão sendo retomadas. Problemas de diversas linhas também foram sanados, mas há 30 dias tivemos lá uma audiência sobre a questão do hospital. Infelizmente, até hoje não temos resposta. Ou seja, há 30 dias aconteceu uma audiência pública, mas a resposta não veio. Esse hospital é de responsabilidade do município. O município tem gestão plena da saúde, então é uma irresponsabilidade muito grande de uma prefeitura manter um hospital fechado com tantas pessoas precisando de atendimento e de uma saúde de qualidade. Hoje Santa Luzia carece de atenção para a saúde. Essa é uma reivindicação antiga da população. Os problemas da saúde vêm-se estendendo ao longo dos anos e se agravando. Com o fechamento do hospital, a cidade chegou a um estado de calamidade. Uma cidade do tamanho de Santa Luzia, com quase 250 mil habitantes, sem um hospital em funcionamento, sem uma maternidade em funcionamento. O PA da sede também não está funcionando, nem o Samu. Uma pessoa acidentada na cidade tem de pedir ajuda às cidades vizinhas para que o Samu venha de outros municípios para fazer o atendimento. Então, é uma situação realmente vergonhosa a da saúde do Município de Santa Luzia.

Peço atenção especial do governo municipal. O governo do Estado tem tentado intermediar essas negociações, tem tentado contribuir, mas é preciso que avancem rapidamente essas negociações e que o hospital seja reaberto. Essa é a expectativa da população. Muito obrigada. Boa tarde a todos.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/8/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Arlen Santiago**

exonerando Marilda Rodrigues de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Ulysses Gomes**

exonerando Valdinei Rodrigues Faria do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Anderson Botelho Alves de Miranda do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Claudiana Henriques Bueno para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Lucas Emanuel da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;



nomeando Marilda Rodrigues de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2015**

#### **NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 117/2015**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/9/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de rádios transceptores portáteis.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 82/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 21/8/2015 a 20/8/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 92/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Laércio Souza Cardoso. Objeto: prestação de serviços de lavanderia. Objeto do aditamento: primeira prorrogação contratual, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 28/8/2015 a 27/8/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.